

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	76
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	78
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	79
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	629.071.608
Preferenciais	0
Total	629.071.608
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	15.207.929	14.669.628
1.01	Ativo Circulante	2.690.783	2.325.215
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.216.216	1.259.928
1.01.01.01	Depósitos Bancários	31.124	21.736
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	1.185.092	1.238.192
1.01.03	Contas a Receber	1.306.346	976.998
1.01.03.01	Clientes	1.285.548	965.171
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Usuários	1.285.548	965.171
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.798	11.827
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	20.798	11.827
1.01.04	Estoques	14.129	22.977
1.01.06	Tributos a Recuperar	154.092	65.312
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	154.092	65.312
1.02	Ativo Não Circulante	12.517.146	12.344.413
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.764.174	2.547.631
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	94.261	92.128
1.02.01.04	Contas a Receber	159.173	182.217
1.02.01.04.01	Clientes	159.173	182.217
1.02.01.07	Tributos Diferidos	153.447	94.970
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	153.447	94.970
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	310.333	294.144
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	310.333	294.144
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.046.960	1.884.172
1.02.01.10.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.017.788	1.843.858
1.02.01.10.04	Outros Créditos	29.172	40.314
1.02.03	Imobilizado	77.662	78.240
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	77.662	78.240
1.02.03.01.01	Bens de Uso Geral	13.761	14.043
1.02.03.01.02	Bens de Uso Geral Reavaliado	63.901	64.197
1.02.04	Intangível	9.675.310	9.718.542
1.02.04.01	Intangíveis	9.675.310	9.718.542
1.02.04.01.02	Bens Afetos	1.055.458	1.079.794
1.02.04.01.03	Bens Afetos Reavaliados	3.820.107	3.875.193
1.02.04.01.04	Bens Não Afetos	70.999	70.932
1.02.04.01.05	Bens Não Afetos Reavaliados	3.068.260	3.124.009
1.02.04.01.06	Projetos e Obras em Andamento	1.660.486	1.568.614

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	15.207.929	14.669.628
2.01	Passivo Circulante	790.276	710.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.069	1.786
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.069	1.786
2.01.01.01.01	Ordenados e Salários a Pagar	2.069	1.786
2.01.02	Fornecedores	152.817	87.846
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	152.817	87.846
2.01.03	Obrigações Fiscais	102.730	49.177
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	101.669	48.059
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	67.778	0
2.01.03.01.02	IRRF a Recolher	11.745	25.922
2.01.03.01.03	Retenção PIS/COFINS/CSLL	3.673	4.344
2.01.03.01.04	COFINS e PASEP s/Faturamento	18.473	17.793
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.061	1.118
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	1.061	1.118
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	49.927	56.745
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	36.533	43.351
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	36.533	43.351
2.01.04.02	Debêntures	13.394	13.394
2.01.04.02.01	Em Moeda Nacional	13.394	13.394
2.01.05	Outras Obrigações	169.904	216.444
2.01.05.02	Outros	169.904	216.444
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1	1
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	2	2
2.01.05.02.04	Parcelamento - REFIS IV	41.826	41.580
2.01.05.02.05	Parcelamentos Outros	66.110	66.117
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	22.261	29.025
2.01.05.02.07	Agência Reguladora - AGENERSA	39.704	79.719
2.01.06	Provisões	312.829	298.002
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	312.829	298.002
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	226.516	223.533
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	86.313	74.469
2.02	Passivo Não Circulante	7.241.754	6.870.374
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	434.714	441.284
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	395.884	395.884
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	395.884	395.884
2.02.01.02	Debêntures	38.830	45.400
2.02.01.02.01	Em Moeda Nacional	38.830	45.400
2.02.02	Outras Obrigações	268.016	287.856
2.02.02.02	Outros	268.016	287.856
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	26.944	26.944
2.02.02.02.03	Parcelamento - REFIS IV	133.341	153.137
2.02.02.02.04	Parcelamento - Outros Credores	107.731	107.775
2.02.03	Tributos Diferidos	28.821	32.176
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.821	32.176
2.02.03.01.01	COFINS e PASEP Diferidos	28.821	32.176

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.04	Provisões	6.510.203	6.109.058
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.315.027	2.944.312
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	65.682	97.722
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	3.233.381	2.829.497
2.02.04.01.06	Juros - Obrigações Financeiras	5.814	7.863
2.02.04.01.07	Retenção Salarial - MS575/91	591	591
2.02.04.01.08	Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro	9.559	8.639
2.02.04.02	Outras Provisões	3.195.176	3.164.746
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Atuariais	3.195.176	3.164.746
2.03	Patrimônio Líquido	7.175.899	7.089.254
2.03.01	Capital Social Realizado	3.015.828	3.015.828
2.03.02	Reservas de Capital	13.964	13.964
2.03.02.07	Doação de Bens	2.037	2.037
2.03.02.08	Auxílio para Obras	11.927	11.927
2.03.04	Reservas de Lucros	1.315.089	1.230.168
2.03.04.01	Reserva Legal	183.901	183.901
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.131.188	1.046.267
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	86.645	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.744.373	2.829.294

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.566.060	3.410.570	1.513.578	3.065.511
3.01.01	De Serviços de Abastecimento de Água	1.080.775	2.357.626	1.036.409	2.105.300
3.01.02	De Serviços de Coleta de Esgotos	546.319	1.185.375	535.961	1.079.354
3.01.03	Deduções da Receita Bruta	-61.034	-132.431	-58.792	-119.143
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-763.254	-1.453.113	-645.425	-1.186.629
3.03	Resultado Bruto	802.806	1.957.457	868.153	1.878.882
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-783.641	-1.882.947	-595.767	-1.445.280
3.04.01	Despesas com Vendas	-451.196	-974.128	-273.131	-683.428
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-104.950	-206.443	-149.199	-255.438
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-227.495	-702.376	-173.437	-506.414
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	19.165	74.510	272.386	433.602
3.06	Resultado Financeiro	17.978	21.437	-19.530	-44.817
3.06.01	Receitas Financeiras	50.309	82.796	29.375	82.711
3.06.02	Despesas Financeiras	-32.331	-61.359	-48.905	-127.528
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	37.143	95.947	252.856	388.785
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-312	-9.302	-15.652	-31.039
3.08.01	Corrente	-8.143	-67.779	-27.500	-63.689
3.08.02	Diferido	7.831	58.477	11.848	32.650
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	36.831	86.645	237.204	357.746
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	36.831	86.645	237.204	357.746
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,05854	0,13773	0,37707	0,56869
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,05854	0,13773	0,37707	0,56869

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	36.831	86.645	237.204	357.746
4.03	Resultado Abrangente do Período	36.831	86.645	237.204	357.746

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	64.836	642.631
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.857.450	1.760.724
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	95.947	388.785
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	138.435	138.567
6.01.01.03	Juros e Variação Monetária do Financiamento	20.268	24.409
6.01.01.04	Juros Passivos s/Parcelamentos	32.637	10.223
6.01.01.05	Juros e Atualizações Monetárias s/Outras Obrigações	7.806	92.440
6.01.01.06	Provisões para Contingências	574.278	385.265
6.01.01.07	Provisão para Passivo Atuarial	121.579	124.675
6.01.01.08	Provisão para Devedores Duvidosos	912.997	641.252
6.01.01.09	Rendimentos de Títulos e Valores Mobiliários	-1.598	-1.734
6.01.01.10	Atualizações de Depósitos Judiciais	-16.444	-21.867
6.01.01.11	Atualização Monetária do Contas a Receber	-28.455	-21.495
6.01.01.12	Recuperação de Despesas	0	204
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.685.600	-1.029.498
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-1.181.875	-781.996
6.01.02.02	Estoques	8.848	-867
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-88.780	8.108
6.01.02.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-157.486	-115.397
6.01.02.05	Outros Créditos	2.171	-7.096
6.01.02.06	Empreiteiros e Fornecedores	64.161	-22.046
6.01.02.07	Salários a Pagar	283	5.382
6.01.02.08	Impostos e Contribuições a Recolher	72.519	83.616
6.01.02.09	Parcelamentos Tributários	-21.346	-20.598
6.01.02.10	Outros Parcelamentos	-53	-84
6.01.02.11	Provisão Encargos Trabalhistas	2.972	75.513
6.01.02.12	Provisões para Contingências	-170.394	-103.804
6.01.02.13	Provisão Passivo Atuarial	-111.940	-168.827
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	-48.476	5.200
6.01.02.15	Contas a Receber de Partes Relacionadas	-16.189	13.398
6.01.02.16	Agência Reguladora - AGENERSA	-40.015	0
6.01.03	Outros	-107.014	-88.595
6.01.03.01	Contribuição Social Pagos	-86.746	-64.186
6.01.03.02	Juros Pagos	-20.268	-24.409
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-95.160	-9.103
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-94.625	-37.738
6.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-535	28.635
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-13.388	-188.002
6.03.01	Amortização de Financiamentos	-13.388	-70.884
6.03.02	Pagamentos de JCP	0	-85.790
6.03.03	Pagamentos de Dividendos	0	-31.328
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-43.712	445.526
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.259.928	799.491
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.216.216	1.245.017

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.015.828	13.964	1.230.168	0	2.829.294	7.089.254
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.015.828	13.964	1.230.168	0	2.829.294	7.089.254
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	86.645	0	86.645
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	86.645	0	86.645
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	84.921	0	-84.921	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	84.921	0	-84.921	0
5.07	Saldos Finais	3.015.828	13.964	1.315.089	86.645	2.744.373	7.175.899

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.586.987	13.964	1.790.942	0	2.885.757	7.277.650
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.586.987	13.964	1.790.942	0	2.885.757	7.277.650
5.04	Transações de Capital com os Sócios	428.841	0	-536.514	0	0	-107.673
5.04.01	Aumentos de Capital	428.841	0	-428.841	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-107.673	0	0	-107.673
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	357.746	0	357.746
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	357.746	0	357.746
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	84.921	0	-84.921	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	84.921	0	-84.921	0
5.07	Saldos Finais	3.015.828	13.964	1.339.349	357.746	2.800.836	7.527.723

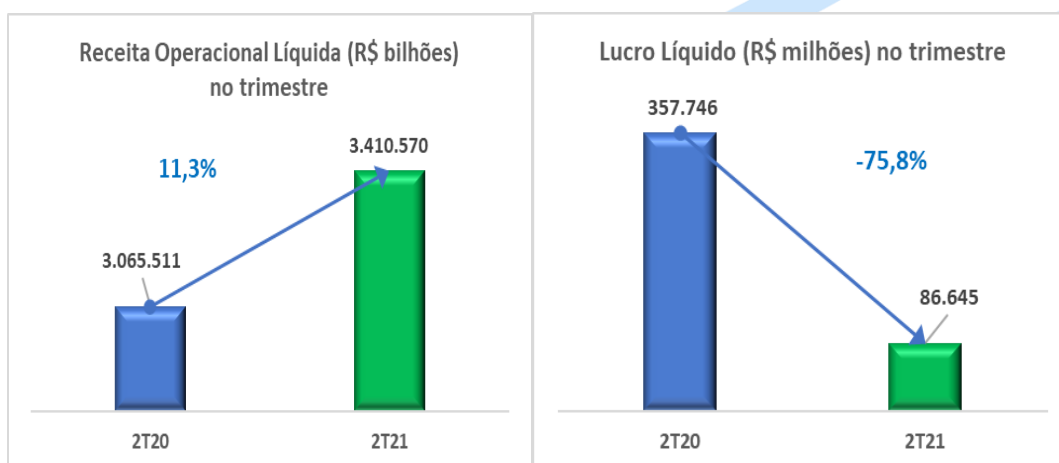
DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	2.637.487	2.548.410
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.543.001	3.184.654
7.01.02	Outras Receitas	7.483	5.008
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-912.997	-641.252
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.638.967	-1.213.241
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-111.589	-70.597
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-855.006	-657.091
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-672.372	-485.553
7.03	Valor Adicionado Bruto	998.520	1.335.169
7.04	Retenções	-139.475	-139.607
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-139.475	-139.607
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	859.045	1.195.562
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	82.796	82.711
7.06.02	Receitas Financeiras	82.796	82.711
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	941.841	1.278.273
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	941.841	1.278.273
7.08.01	Pessoal	482.784	494.523
7.08.01.01	Remuneração Direta	395.669	396.837
7.08.01.02	Benefícios	60.809	69.227
7.08.01.03	F.G.T.S.	26.306	28.459
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	258.118	256.852
7.08.02.01	Federais	256.657	255.569
7.08.02.02	Estaduais	596	465
7.08.02.03	Municipais	865	818
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	114.294	169.152
7.08.03.01	Juros	74.596	141.587
7.08.03.02	Aluguéis	39.698	27.565
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	86.645	357.746
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	107.673
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	86.645	250.073

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2021.**1. DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS****1.1. Receitas**

A receita líquida do 2T21 totalizou R\$ 3.410.570 bilhões, 11,3% superior ao 2T20, conforme tabela a seguir:

Descrição – R\$ Milhares	2T21	2T20	Var. %
Receita Operacional Líquida	3.410.570	3.065.511	11,3%
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	74.510	433.602	-82,8%
Resultado Financeiro Líquido	21.437	(44.817)	-147,8%
EBITDA	212.945	572.169	-62,8%
Lucro Líquido	86.645	357.746	-75,8%



O principal fator que influenciou no aumento da receita líquida, nos períodos comparativos, foi o aumento no consumo e conseqüentemente um aumento de receita sobre as contas de águas e esgotos.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2021.**1.2 Custos e Despesas**

No 2T21, os custos e despesas, que correspondem ao somatório dos custos dos serviços vendidos, despesas com vendas, despesas administrativas e outras despesas decorrentes da exploração dos serviços de água e esgoto, totalizaram R\$ 3.336.060 bilhões, contra R\$ 2.631.909 bilhões no 2T20, incremento de 26,8%. A tabela a seguir demonstra os custos e despesas nos períodos comparativos:

Descrição - R\$ Milhares	2T21	2T20	Var. %
1. Pessoal	575.381	574.922	0,1%
2. Material	129.801	86.258	50,5%
3. Serviços de Terceiros	851.772	643.524	32,4%
4. Despesas Gerais	25.298	40.972	-38,3%
5. Depreciações e Amortizações	138.435	138.567	-0,1%
6. Provisão para Devedores Duvidosos	912.997	641.252	42,4%
7. Provisões Contingências	574.278	385.265	49,1%
8. Provisão Atuarial	121.579	124.675	-2,5%
9. Outras despesas/receitas operacionais	6.519	(3.526)	-284,9%
Despesas e Custos Operacionais	3.336.060	2.631.909	26,8%

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os itens que compõem os custos das vendas e dos serviços prestados, despesas com vendas e administrativas que apresentaram variações mais significativas:

Material: Os gastos com material no 2T21 apresentaram elevação de 50,5% em relação ao 2T20, principalmente com produtos químicos nas estações de tratamento.

Serviços de Terceiros: Os gastos com serviços de terceiros, apresentaram elevação de 32,4% em relação ao 2T20, principalmente em função do aumento com energia elétrica.

Provisão para devedores duvidosos: O aumento de 42,4%, se deu em função do novo modelo de perdas de crédito esperadas, na qual as empresas tendem a registrar provisões para perdas mais cedo, em montantes maiores e mais voláteis em relação às que eram reconhecidas anteriormente. Este estudo foi realizado em dezembro de 2020, com o objetivo de avaliar todo saldo em aberto do contas a receber, tendo em vista a expectativa do recebimento futuro, tendo por base no histórico recente de recebimentos. Com base no referido estudo, efetuou-se uma provisão adicional para refletir a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2021.

Provisões Contingências – O aumento de 49,1% se deu em função das execuções cíveis dos processos judiciais nº 0117367.33.2006.8.19.0001 - Construtora Queiroz Galvão S/A e nº 000415.34.2007.8.19.0001 - Vulcan Materiais Plásticos Ltda.

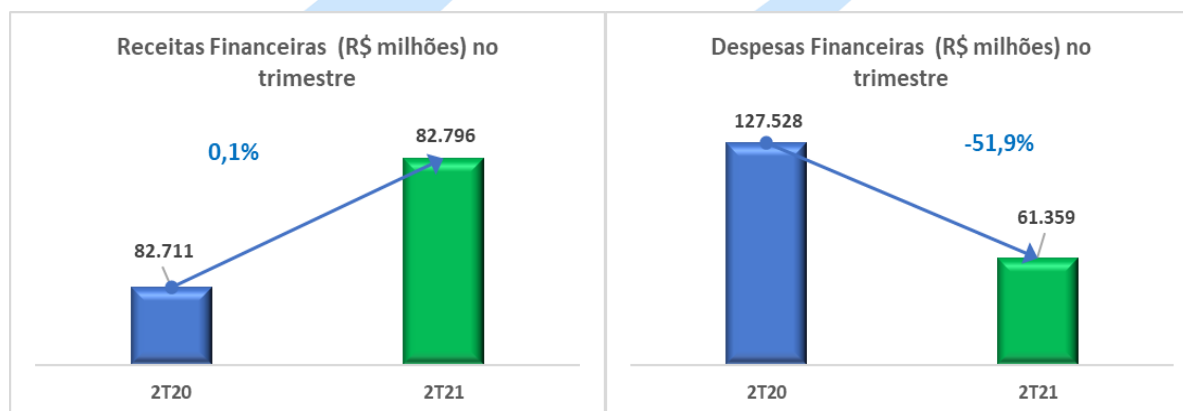
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2021.



1.3 Resultado Financeiro

O Resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 21.437 milhões no 2T21, contra um valor negativo de R\$ 44.817 milhões no 2T20, conforme tabela a seguir:

Composição do Resultado Financeiro Líquido R\$	Exercício		
	2T21	2T20	Var. %
Receitas Financeiras	82.796	82.711	0,1%
Atualização monetária	44.899	43.368	3,5%
Rendimentos de aplicações financeiras	18.262	18.346	-0,5%
Juros auferidos	5.891	8.528	-30,9%
Multas por impontualidade	12.136	10.457	16,1%
Descontos obtidos e bonificações	1.608	2.012	-20,1%
Despesas Financeiras	(61.359)	(127.528)	-51,9%
Juros passivos s/parcelamentos tributários	(40.443)	(102.663)	-60,6%
Juros e variações monetárias s/empréstimos e financiamentos	(20.268)	(24.409)	-17,0%
Multas, juros e acréscimos moratórios s/pagamentos em atraso das obrigações tributárias	(158)	(158)	0,0%
Outras	(490)	(298)	64,4%
Resultado Financeiro Líquido	21.437	(44.817)	-147,8%



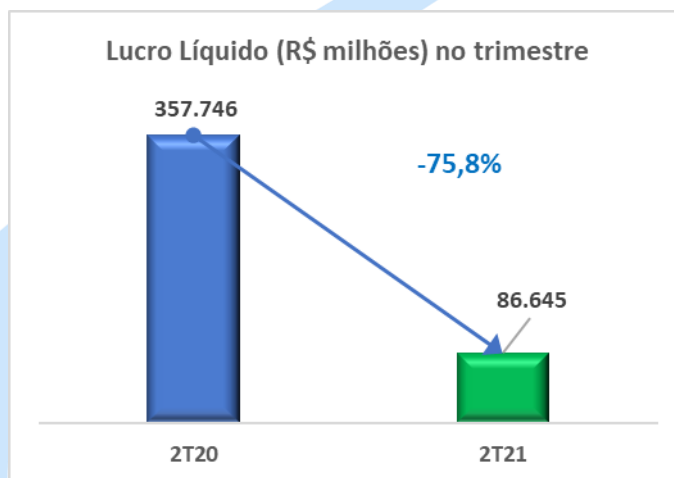
Receitas Financeiras – As receitas financeiras basicamente tiveram uma performance similar ao 2T20.

Despesas Financeiras – A redução de 51,9%, comparando-se ao ano anterior, é resultado, principalmente dos juros sobre equacionamento da Previdência Complementar- plano Prece I, II e CV que não ocorreram no 2T21.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2021.**1.4 Resultado Líquido**

A CEDAE registrou lucro líquido de R\$ 86.645 no 2T21, representando um decréscimo de 75,8% em relação ao lucro de R\$ 357.746 registrado no 2T20. Esse decréscimo decorre principalmente pelo aumento dos custos e despesas operacionais.

Composição do Lucro Líquido R\$ Milhares	Exercício		
	2T21	2T20	Var. %
(+) Resultado antes do resultado financeiro	74.510	433.602	-82,8%
(+/-) Resultado financeiro	21.437	(44.817)	147,8%
(-) Contribuição Social e Imposto de Renda	(9.302)	(31.039)	-70,0%
(=) Lucro/Prejuízo Líquido	86.645	357.746	-75,8%

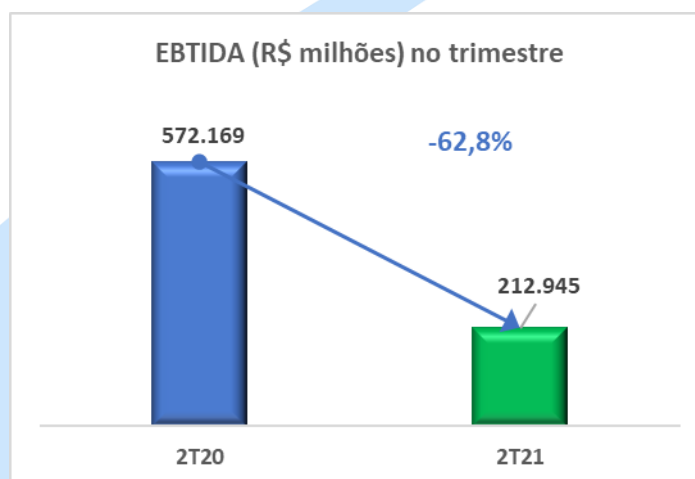


COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2021.**1.5 Geração Operacional de Caixa (EBITDA)**

No 2T21, a CEDAE apresentou geração operacional consolidada de caixa de R\$ 212.945 contra R\$ 572.169 no 2T20, ou seja, uma redução de 62,8% (ou R\$ 359.224) ocorrida em função do decréscimo do resultado operacional. O EBITDA é uma medição não contábil adotada pela Companhia, calculada de acordo com a Instrução CVM 527/2012, consistindo no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

Descrição - R\$ Milhares	Exercício		
	2T21	2T20	Var. %
(=) EBIT	74.510	433.602	-82,8%
<i>Margem EBIT (%)</i>	2,2%	14,1%	-84,4%
(+) Depreciação e amortização	138.435	138.567	-0,1%
(=) EBITDA	212.945	572.169	-62,8%
<i>Margem EBTIDA (%)</i>	6,2%	18,7%	-66,8%

O comportamento do EBITDA da CEDAE no ano pode ser assim demonstrado:



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2021.



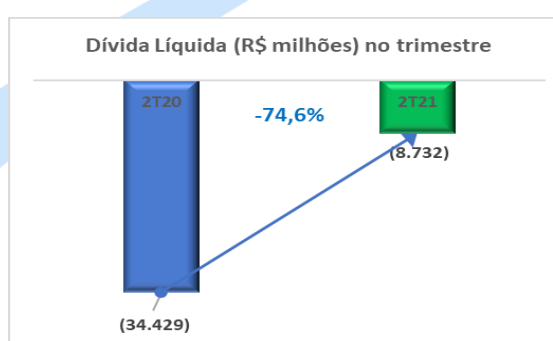
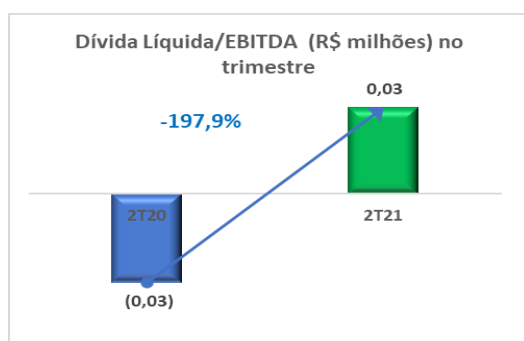
2. ESTRUTURA DO ENDIVIDAMENTO

Descrição - R\$ Milhares	2T21	2T20	Var. %
Empréstimos e Financiamentos	484.641	569.142	-14,8%
Passivo Atuarial ¹	722.843	641.446	12,7%
Total da Dívida Bruta	1.207.484	1.210.588	-0,3%
Disponibilidade	(1.216.216)	(1.245.017)	-2,3%
Total da Dívida Líquida	(8.732)	(34.429)	-74,6%
EBITDA ²	(286.408)	1.105.142	-125,9%
Dívida Líquida/EBITDA ³	0,03	(0,03)	-197,9%
PL	7.185.899	7.527.723	-4,7%
Dívida Líquida/PL	(0,001)	(0,005)	-73,4%

(1) Refere-se à Dívida da Prece Nota 16 das Notas Explicativas (30/06/2021).

(2) O EBITDA anualizado em 2021 corresponde ao valor do EBITDA do 2º trimestre de 2021 mais o valor dos últimos dois trimestres de 2020.

(3) O cálculo refere-se à Dívida Líquida dividida pelo EBITDA anualizado.



Debêntures – Quinta Emissão

Em 17 de abril de 2015, o Conselho de Administração aprovou a estruturação da quinta emissão de debêntures no valor de R\$113.088 em quantidade de mil debêntures simples, nominativas, de valor nominal unitário de R\$113 não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia real por meio de colocação privada, mediante a subscrição exclusiva do BNDES das debêntures da primeira série e subscrição exclusiva pela BNDES Participações S.A. - BNDESPAR das Debêntures da segunda série. A emissão ocorreu em 15 de junho de 2015.

Essa emissão de debêntures tem por objetivo financiar o projeto de implantação de novas redes de abastecimento de água na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, com o

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2021.

objetivo de redução de perdas e consumo de energia. Destacamos que, embora a data da emissão seja em junho de 2015, por conta de atendimentos aos condicionantes contratuais, a primeira subscrição por parte do BNDES e BNDESPAR foi realizada em 23 de outubro de 2015, no valor total de R\$45.236, sendo R\$31.432 referente à primeira série e R\$13.804 referente à segunda série.

Em 13 de julho de 2016, foi realizada subscrição de mais uma tranche de R\$58.044, sendo R\$40.865 da primeira série e R\$17.179 da segunda série.

A emissão possuía carência de 24 meses, encerrados em 15 de junho de 2017, com pagamento de juros trimestrais. A amortização será feita por meio de 96 parcelas mensais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2017, e a última em 15 de junho de 2025

Emissão de Cédula de Crédito Bancário – CCB FGTS

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia assinou com a Caixa Econômica Federal a CCB nº 433.257-52 no valor de R\$1.076.595 (1ª tranche), em 23 de dezembro de 2015, a CCB nº 441.050-71 no valor de R\$1.390.817 (2ª tranche) e em 30 de junho de 2017, a CCB nº 441.054-75 no valor de R\$ 570.087 (3ª tranche). Esses valores referem-se às três tranches da operação de crédito de R\$3.037.500 que está sendo captada junto à Caixa Econômica Federal, e será utilizada na ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense e na construção do Complexo Guandu 2, que consiste na implantação de uma nova estação de tratamento de água com produção de 12 mil litros por segundo, com elevatória de água tratada, linha de recalque (tubulação que abastece o reservatório) e reservatório com capacidade para armazenar 57 milhões de litros de água potável.

Esses recursos também serão utilizados para a construção, nos diversos municípios da baixada fluminense, de 17 novos reservatórios e reforma de outros nove que hoje estão fora de operação. Na região ainda serão construídas 16 elevatórias de grande porte e assentados 95 quilômetros de adutora para abastecer os reservatórios, e outros 760 quilômetros de tronco e redes distribuidoras, além da instalação de dezenas de milhares de novas ligações domiciliares. Cabe salientar que todas as tranches estão em fase de desembolso.

O prazo para o desembolso dos recursos é de 48 meses da data da assinatura das referidas cédulas, sendo permitida a sua prorrogação. Em 31 de março de 2021, o saldo constituído deste financiamento é de R\$ 432.416 (R\$ 439.235 em 31 de dezembro de 2020).

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2021.

Segue abaixo uma breve descrição dos empréstimos e financiamentos da Companhia:

➤ **5ª Emissão de Debêntures – BNDES/BNDESPAR**

Objeto	Financiar o projeto de implantação de novas redes de abastecimento de água na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro
Saldo devedor em 30/06/2021 (R\$ milhares)	R\$ 52.225
Juros	1ª Série: TJLP + 2,75% a.a. e 2ª Série: Selic x 2,75% a.a.
Vencimento	2025

➤ **CAIXA – CCB FGTS 1ª Tranche**

Objeto	Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense
Saldo devedor em 30/06/2021 (R\$ milhares)	R\$ 400.334
Juros	TR + 8,5% a.a.
Vencimento	2038

➤ **CAIXA – CCB FGTS 2ª Tranche**

Objeto	Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense
Saldo devedor em 30/06/2021 (R\$ milhares)	R\$ 28.990
Juros	TR + 8,5% a.a.
Vencimento	2039

➤ **CAIXA – CCB FGTS 3ª Tranche**

Objeto	Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense
Saldo devedor em 30/06/2021 (R\$ milhares)	R\$ 3.092
Juros	TR + 8,7% a.a.
Vencimento	2041

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE ("CEDAE" ou "Companhia") foi constituída em 1º de agosto de 1975 como sociedade anônima de economia mista domiciliada no Brasil, através da incorporação das entidades controladas pelo Estado do Rio de Janeiro: Empresa de Águas do Estado da Guanabara ("Cedag"), Empresa de Saneamento da Guanabara ("Esag") e Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro ("Sanerj"). Atualmente, sediada na Cidade do Rio de Janeiro na Avenida Presidente Vargas, nº 2.655, Cidade Nova, a Companhia é vinculada atualmente à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança (SECCG) e tem como acionista controlador o Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia atua no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, mediante delegação do Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Estado do Rio de Janeiro") e nos municípios através de convênios, sendo suas principais atividades:

- (i) Captação, tratamento, adução e distribuição da água;
- (ii) Coleta, tratamento e destinação de esgotos sanitários;
- (iii) Realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes;
- (iv) Execução do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara ("PDBG") que é um programa do Estado do Rio de Janeiro, envolvendo diversos órgãos estaduais, cabendo à CEDAE o papel de executora das obras de esgotamento sanitário com recursos financeiros do Estado do Rio de Janeiro, de fontes externas ou internas; e
- (v) Execução do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes ("PSBJ") com recursos provenientes de diversos programas financeiros do Estado do Rio de Janeiro, como Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano ("Fecam") e Fundo Estadual de Saúde ("FES"), ou com recursos da CEDAE.

Dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia opera os serviços de abastecimento de água em 64 municípios, dentre esses com contrato para prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 municípios. Na maioria desses municípios, as operações decorrem de contratos firmados por 30 anos, com renovação automática por mais 30 anos.

A Administração prevê que os serviços prestados a municípios que não possuem contratos de concessão vigentes terão essa situação regularizada, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgotos nessas localidades municipais. A assinatura de tais contratos de concessão depende da implementação por parte dos municípios do Plano Municipal de Saneamento Básico, instrumento que estabelece as diretrizes para a prestação dos serviços públicos de saneamento tais quais requeridas pela Lei Federal nº 11.445/2007 e das respectivas aprovações à Lei Autorizativa em âmbito municipal do referido plano.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 30 de junho de 2021, apresentam-se vencidas as concessões relacionadas a seguir e que estão em fase de negociação com os municípios, sendo que os serviços não sofreram interrupção (Nota 2.5.1).

Município	Serviços
Angra dos Reis	Água
Cachoeiras de Macacu	Água
Cambuci	Água
Miracema	Água
Porciúncula	Água e esgoto
Quissamã	Água e esgoto
São João da Barra	Água e esgoto
Teresópolis	Água e esgoto

Em 30 de junho de 2021, o valor contábil do intangível utilizado nos oito municípios em negociação totalizava R\$194.962 (R\$197.995 em 31 de dezembro de 2020), tendo gerado receita de R\$67.291 (R\$119.778 em de 31 de dezembro de 2020) (Nota 8).

Os contratos de concessão estipulam um direito de cobrar dos clientes os serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo estabelecido nestes. A Companhia possui, na maior parte dos seus contratos, um direito de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ou de prorrogar o contrato até a efetiva quitação da indenização por parte dos municípios.

Nos contratos em que não está prevista tal indenização (cinco contratos na totalidade), existe a obrigatoriedade do Poder Concedente prorrogar o prazo de concessão pelo tempo necessário para que a Companhia recupere o investimento efetuado. No caso do contrato firmado com o Município do Rio de Janeiro, não existe previsão de indenização. Contudo, o contrato possui validade de 50 anos, prazo inferior à vida útil dos bens relacionados à concessão e prevê renovação automática pelo mesmo período, a qual a opção de não exercer renovação deve ser manifestada até dois anos antes do fim da vigência do contrato.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

As concessões em termos de número de economias (*) são:

	Município	Concessões de água e esgotamento sanitário		
		Número de economias (*)	Início	Término
1	Rio de Janeiro	2.379.487	2007	2057
2	São Gonçalo	259.763	2008	2028
3	Nova Iguaçu	182.120	2004	2034
4	Duque de Caxias	169.932	2008	2038
5	São João de Meriti	121.416	2011	2041
6	Belford Roxo	87.976	2009	2039
7	Macaé	77.682	2011	2041
8	Rio das Ostras	55.368	2011	2061
9	Nilópolis	52.533	2008	2038
10	Mesquita	46.403	2008	2038
11	Itaperuna	34.679	2008	2038
12	Itaguaí	32.356	2011	2041
13	Marica	30.677	2008	2028
14	Queimados	30.553	2009	2039
15	Valença	27.603	2009	2039
16	Itaboraí	25.077	2012	2042
17	Magé	18.062	2000	2030
18	Paraíba do Sul	16.030	2008	2038
19	Vassouras	14.961	2008	2048
20	Seropédica	14.370	2009	2039
21	Mangaratiba	13.410	2013	2043
22	Japeri	12.068	2009	2039
23	São Fidelis	11.939	2008	2038
24	Rio Bonito	11.819	2011	2031
25	Bom Jesus do Itabapoana	10.962	2011	2041
26	Pirai	10.507	2009	2029
27	Miguel Pereira	9.555	2009	2039
28	Itaocara	9.005	2010	2035
29	Pinheiral	8.925	2008	2048
30	Cordeiro	8.793	2001	2031
31	Paracambi	8.621	2008	2038
32	São Francisco do Itabapoana	8.179	2002	2032
33	Paty do Alferes	7.987	2008	2038
34	Casimiro de Abreu (**)	7.550	2008	2038
35	Bom Jardim	7.133	2001	2031
36	Sapucaia	6.444	2010	2035
37	Cantagalo	6.413	2009	2039
38	Rio Claro	5.007	2008	2038
39	Natividade	4.986	2008	2038
40	Aperibé	4.306	2010	2040

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

	Município	Concessões de água e esgotamento sanitário		
		Número de economias (*)	Início	Término
41	Italva	4.145	2012	2042
42	Cardoso Moreira	3.699	2002	2027
43	Duas Barras	3.521	2001	2031
44	Eng. Paulo de Frontin	3.215	2008	2048
45	Macuco	3.151	2002	2032
46	Barra do Pirai	3.064	2006	2036
47	Tanguá	3.013	2008	2033
48	Laje do Muriaé	2.551	2013	2043
49	Saquarema (**)	2.192	2008	2048
50	Sumidouro	2.111	2009	2039
51	São Sebastião do Alto	1.909	2002	2032
52	Santa Maria Madalena	1.880	2009	2039
53	São José de Ubá	1.762	2009	2039
54	Carapebus	1.552	2008	2038
55	Trajano de Moraes	1.406	2000	2030
56	Varre-Sai	1.244	2009	2039

(*) Economia é uma unidade predial, caracterizada segundo o artigo nº 96 do Decreto Estadual do Rio de Janeiro nº 553/1976, para efeito de cobrança (informação não revisada pelos auditores independentes).

(**) No Município de Casimiro de Abreu, a Companhia mantém contrato apenas com o Distrito de Barra de São João.

(***) No Município de Saquarema, a Companhia mantém contrato apenas com o Distrito de Jacaré.

Em 5 de janeiro de 2007, foi sancionada a Lei Federal nº 11.445/2007, estabelecendo as diretrizes nacionais e princípios fundamentais à prestação dos serviços, como o controle social, a transparência, o comando de integração das infraestruturas de saneamento básico na gestão de recursos hídricos, bem como o comando para a articulação do setor com as políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional, habitação, combate e erradicação da pobreza, promoção da saúde e proteção ambiental, dentre outras correlatas. Essas diretrizes visam, também, à melhoria da qualidade de vida com eficiência e a sustentabilidade econômica, possibilitando a adoção de soluções graduais e progressivas, coerentes à capacidade de pagamento dos clientes.

Cabe esclarecer que as renovações contratuais dependiam da conjuntura de esforços e gestão associada com os entes federativos envolvidos na formalização dos instrumentos de concessão.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Nos municípios cuja concessão estavam vencidas, apesar da atuação contínua da gestão da Companhia, não foi possível o consenso para iniciar tratativas de renovação/formalização contratual.

Neste cenário, em 26 de janeiro de 2017, o Estado do Rio de Janeiro assinou Termo de Compromisso com o Governo Federal que, dentre outros assuntos, envolveu a obtenção de empréstimos bancários por parte do Controlador, oferecendo como garantia ações da CEDAE por ele detidas.

Em novembro de 2017, o banco BNP Paribas foi o vencedor do leilão para emprestar R\$2,9 bilhões ao Estado do Rio de Janeiro, que ofereceu como garantia até 50% das ações da Companhia. Salientamos que tal evento não alterou as operações da Companhia ou seu controle até o momento, mas tornaram impactadas as tratativas com os municípios de concessão vencidas (item 1).

Somando-se a isso, com a ocorrência da implementação de nova modelagem estrutural da CEDAE, resultante do leilão de Concessão ocorrido em 30/04/2021, suspendeu-se temporariamente a possibilidade de tentativas de renovação/formalização quanto aos municípios citados, visto que parte deles integram área hoje concedida, ou com possibilidade de nova concessão.

Cabe ainda ressaltar que, com a publicação do novo marco regulatório do saneamento, Lei 14.026/2020, a estrutura legislativa para renovações/formalizações contratuais sofreram mudanças que estão sendo discutidas judicialmente e, deverão ser observadas na atual negociação das renovações e formalizações contratuais em que a gestão da Companhia entender pela concretização.

Conforme divulgado na Nota 14, em 19 de junho de 2018, transitou em julgado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Cível Ordinária nº 2757/RJ, de autoria da Companhia. Nessa ação a CEDAE requereu imunidade tributária nos termos do artigo 150, VI "a" da Constituição Federal, por ser entendimento de seus Administradores e consultores jurídicos e legais que a Companhia, por ter como único acionista o Governo do Estado do Rio de Janeiro e prestar serviços de utilidade pública, estava imune a impostos por se equiparar a um ente público. O êxito obtido pela Companhia lhe assegurou a imunidade a impostos e, a partir da data do trânsito em julgado, a Administração deixou de apurar e recolher os impostos federais; baixando os valores a eles relacionados, sejam impostos a recuperar, recolher ou diferidos, uma vez que não existirá base de cálculo para apuração e realização desses impostos. Deve-se observar que a imunidade foi concedida à CEDAE no pressuposto desta ter como único acionista o Estado do Rio de Janeiro e que tal imunidade poderá ser revista, e perdida, caso terceiros passem a deter participação no capital da Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Em 01 de julho de 2020, ocorreu na sede da Companhia uma operação conjunta da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE. A operação, denominada "Águas Claras", investiga alegação de fraude em licitações e contratações emergenciais nos anos de 2015 a 2020 e deu cumprimento a medidas de busca e apreensão de documentos envolvendo a Companhia, a empresa contratada Chison Empreendimentos Imobiliários Ltda e determinados colaboradores (atuais e passados) da CEDAE. Adicionalmente em fevereiro de 2021 e em novembro de 2020 as Polícias Federal e Civil do Rio de Janeiro nos solicitaram acesso aos contratos firmados entre a Companhia e as empresas contratadas RC Vieira engenharia Ltda ("RC") e Emissão Engenharia e Construção Ltda ("Emissão") respectivamente.

A Companhia está acompanhando a investigação em andamento na Operação Águas Claras e vem prestando todas as informações solicitadas pelas autoridades. Os documentos pertinentes a investigação (mandado de busca e apreensão e termos de solicitação de informação do TCE) não mencionam valores e até a presente data nenhum colaborador ou ex-colaborador da Companhia foi indiciado.

Em 22 de julho de 2020, a Administração da Companhia designou uma Comissão Permanente de Sindicância para realização de investigação interna e independente, sendo executada por colaboradores da Companhia, com o objetivo de averiguar possíveis irregularidades no âmbito da operação "Águas Claras".

A investigação interna está em andamento, com supervisão e monitoramento contínuo pela Comissão de Ética da CEDAE e acompanhamento pelo Comitê de Auditoria Estatutário. Em continuidade ao processo de investigação interna a Companhia determinou a contratação de consultoria especializada em procedimentos forenses que possa com ferramentas e recursos adicionais complementar o trabalho até aqui efetuado pela Comissão de Sindicância. Neste contexto em 10 de março de 2021 foi realizado o pregão eletrônico visando a contratação destes consultores especializados. Em julho de 2021, mediante deliberação de seu Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, a Companhia contratou terceiros para condução de uma investigação forense independente, sob coordenação da comissão Permanente de Sindicância, e apuração de determinados fatos, alegações e eventuais irregularidades/inconformidades decorrentes dessa investigação. A Administração acredita que ao término do terceiro trimestre de 2021 já estejam disponíveis os resultados preliminares do trabalho que será efetuado. A Administração da Companhia avaliará junto aos demais órgãos da governança a oportunidade de estender o escopo de trabalho da Comissão Permanente de Sindicância e dos consultores externos, para inclusão dos contratos com a RC e a Emissão.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos--Continuação

Embora até o presente momento não se possa concluir sobre a existência ou não de supostas irregularidades a Administração da Companhia acredita que as iniciativas implementadas e em curso a saber: acompanhamento processual, colaboração com as autoridades, investigação independente pela Comissão Permanente de Sindicância e contratação de consultores especializados em análises forense; são apropriadas para o adequado esclarecimento dos fatos e proteção dos interesses da Companhia.

1.2. COVID-19

As economias mundiais, inclusive a brasileira, estão sendo fortemente impactadas pela pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19). A Organização Mundial de Saúde emitiu alerta sobre as doenças decorrentes de tal vírus, em particular a pneumonia, no dia 31 de dezembro de 2019, tornando mundial um problema, que no primeiro momento parecia estar circunscrito a uma determinada região da China. As pesquisas realizadas em diversos países vêm permitindo aos especialistas no tema obter avanços no entendimento do comportamento do COVID-19 e em particular da sua disseminação.

O Coronavírus representa para a CEDAE um duplo desafio: por um lado a companhia tem a preocupação de preservar a saúde do seu corpo funcional, de seus clientes e prestadores de serviço, por outro lado, como os serviços de abastecimento de água e captação e tratamento de esgoto são essenciais para a população, não existe a opção pela interrupção do seu funcionamento.

A Companhia adotou um conjunto de medidas para viabilizar a continuidade de suas operações neste quadro, como a adoção do conceito de trabalho remoto (*home office*), ajuste das escalas de trabalhos, sistema de rodízio nos setores em que existe a necessidade de comparecimento físico, higienização mais intensa dos ambientes laborais, apoio da Cedae Saúde e dos seus profissionais à equipe de medicina do trabalho e antecipação do programa de vacinação contra gripe, dentre outras.

No que se refere aos aspectos econômico-financeiros, em linha com o disposto na Lei nº 8769 de 23/03/2020, a Companhia interrompeu os serviços de corte para as ligações de todas as categorias, e além disso, conforme o Decreto Estadual nº 46.990 de 24 de março 2020 suspendeu a cobrança pelo fornecimento de água e coleta de esgoto, prestados a seus usuários residenciais, enquadrados na tarifa social e comércio de pequeno porte de consumo para os meses referência 04 - abril, 05 - maio e 06 - junho no ano de 2020 e, posteriormente, através do decreto 47.177 de 21 de julho de 2020 foi postergada a suspensão da cobrança dos usuários residenciais enquadrados somente na tarifa social para as medições 07 - julho e 08 - agosto de 2020, sendo incluída a referência 09 - setembro de 2020 através do Decreto 47.255 de 09 de setembro de 2020.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. COVID-19--Continuação

Em 2021 não houve prorrogação da suspensão da cobrança para clientes de tarifa social ou de comércio de pequeno porte de consumo. Além disso, no dia 04 de março de 2021, a Diretoria aprovou o procedimento para o parcelamento automático das faturas dos usuários inadimplentes de baixa renda e conjunto habitacional das medições 04/2020 até 12/2020 em 48 parcelas, com isenção total de multa e atualização monetária. Aprovou ainda o parcelamento de débito em até dez vezes pelo site da Companhia para a situação de pandemia da COVID-19 com os seguintes critérios: todas as categorias e subcategorias a partir da Medição 03/2020 até o fim do período COVID-19 com 15% de entrada e isenção total de multa e atualização monetária. Não obstante, o baixo grau de endividamento da Companhia e o fato da posição de Caixa ser bastante confortável; como medida prudencial, a CEDAE está negociando a ampliação das suas linhas de crédito, e também deverá observar uma rigorosa análise na contratação de serviços e fornecedores, dando preferência aos que são mais importantes neste momento crítico.

A suspensão da cobrança permite que, a critério da Companhia, e dependendo do impacto na economia do Rio de Janeiro da pandemia, o parcelamento no futuro dessas contas. Como consequência houve um incremento de 27% na constituição de provisão para perdas de crédito esperadas em relação ao mesmo período do ano anterior (28% em 31 de dezembro de 2020). A gestão centralizada e conservadora do Caixa, aliada às negociações com os nossos principais fornecedores, por exemplo, as distribuidoras de energia elétrica, bem como as medidas supracitadas serão fundamentais caso haja aumento expressivo da inadimplência.

Como a Companhia hoje detém o monopólio natural de um serviço essencial, apesar de eventuais perdas no curto e talvez médio prazo, em nosso entender, o negócio em si não será afetado numa perspectiva de longo prazo. Em virtude da pandemia causada pelo COVID-19, o Governo do Estado do Rio de Janeiro adotou uma série de medidas visando o bem estar da população, tais medidas estão descritas a seguir:

- Decreto 46.973 de 16/03/2020 - determina que todo o Estado está em emergência de saúde pública;

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. COVID-19--Continuação

- Decreto 47.178 de 21/07/2020 - dá nova redação ao Decreto 46.979 de 19/03/2020 e autoriza que a CEDAE prorrogue em 60 dias o vencimento das contas e faculte o parcelamento ao cliente (Referências 03, 04, 05, 06, 07 e 08/2020);
- Decreto 47.330 de 21/10/2020 - nova redação ao Decreto 46.990 de 24/03/2020 e autoriza a CEDAE a suspensão do faturamento para os clientes contemplados pela tarifa social e para os comércios de pequeno porte de consumo no mês de outubro de 2020.

Considerando as medidas estabelecidas através dos decretos do Governo do Estado do Rio de Janeiro anteriormente detalhados. A CEDAE adotou uma série de procedimentos visando ao atendimento dos referidos decretos e pensando no bem estar de seus clientes.

- (a) Suspensão do corte e da negativação durante o período de pandemia;
- (b) Prorrogação dos vencimentos em 60 dias, das referências 03, 04, 05, 06, 07 e 08/2020;
- (c) Suspensão da cobrança dos clientes de tarifa social e comércio de pequeno porte de consumo, conforme decretos do Governo do Estado;
- (d) Emissão de contas por média de consumo dos últimos 12 meses durante a pandemia para os imóveis com hidrômetro interno, exceto quando autorizado pelo cliente. A medida foi adotada devido ao risco de contaminação e em respeito as orientações de distanciamento social da OMS;
- (e) Suspensão das substituições de hidrômetros cujas instalações estejam dentro dos imóveis, exceto quando autorizado pelo cliente.

Cabe ainda mencionar que havendo necessidade a Companhia poderá adotar outras medidas complementares as já adotadas.

1.3. Geosmina

A partir do início de janeiro de 2020, a Companhia se deparou com o desafio técnico e administrativo de enfrentar os transtornos causados pela presença da Geosmina na lagoa grande. Esta lagoa, situada a montante da tomada d'água do Sistema Guandu, é responsável quantitativamente por apenas 1% da água bruta captada pela Cedae pois a contribuição principal é proveniente do Rio Guandu.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Geosmina--Continuação

A presença da Geosmina é resultante da proliferação de cianobactérias na lagoa grande, em que algumas espécies filamentosas são produtoras desta substância. A lagoa grande, por ser um ambiente lântico, exposto a altas temperaturas e com grande aporte de nutrientes, se torna um espaço com condições favoráveis para proliferação de cianobactérias.

A questão é que a Geosmina, mesmo em quantidades muito baixas de concentração, a partir de 0,004 microgramas/litro já é possível sentir alteração de gosto e odor, apesar de não representar risco à saúde dos consumidores e estar dentro do padrão organoléptico de gosto e odor definido pela Portaria 05/2017 do Ministério da Saúde, gera desconforto a população.

Cabe esclarecer que a presença de cianobactérias neste tipo de ambiente, e por consequência, a presença do composto orgânico Geosmina, é um fenômeno Hidro-Biológico existente em várias regiões do Brasil e em vários países do mundo, inclusive em mananciais utilizados para o abastecimento humano. Com exceção do Rio de Janeiro, os governantes e a mídia destas localidades no Brasil e no Mundo, tratam do problema esclarecendo a população, demonstrando o quanto a geosmina é inócua, sendo um aspecto estético da água, e que a sua eliminação da água para consumo humano permanecerá enquanto permanecerem as condições climáticas ideais para o desenvolvimento das cianobactérias que liberam este composto orgânico.

Isto posto, medidas preventivas e corretivas tiveram que ser adotadas tais como:

- Monitoramento diário de contagem de células de cianobactérias na lagoa no trecho inicial, no meio e no final. Este controle é de fundamental importância para se traçar as ações de controle de forma antecipada;
- Monitoramento diário de Geosmina no ponto de captação e na saída do tratamento;
- Monitoramento diário dos parâmetros Gosto e Odor nas Saídas de Tratamento e rede de distribuição;
- Aplicação de argila lantânica, visando a redução de aporte de nutrientes na lagoa;
- Aplicação de carvão ativado na entrada do tratamento com objetivo de remoção de Geosmina por meio do processo de adsorção;
- Bombeamento de uma parcela do rio Guandu para a lagoa com intuito de reduzir o tempo de detenção da lagoa, reduzir a temperatura da água da lagoa (a temperatura da água do rio Guandu é sempre menor que a da lagoa) e reduzir o metabolismo de proliferação de cianobactérias, além da diluição da carga de nutrientes;

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Geosmina--Continuação

- Abertura total das comportas prevista no Plano de Contingência da Bacia do Guandu, em seu Procedimento nº 3, que visa a renovação da água da lagoa com a entrada da água do Rio Guandu.

Por fim cabe mencionar que a medida para solução definitiva do problema será a execução da “Obra de Proteção da Tomada d’Água da ETA Guandu” que irá retirar a influência das águas da Lagoa a montante da captação da CEDAE. Para esta obra de engenharia a primeira sessão da LI 005/2021 realizou-se em 01 de junho de/2021..

1.4. Leilão de Concessão

Em 29 dezembro de 2020, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, acionista controlador da Companhia, divulgou no Diário Oficial do Estado o Edital para realização de leilão de concessão da Companhia. O leilão ocorreu em 30 de abril de 2021 e a expectativa é que os contratos com as concessionárias vencedoras do leilão sejam assinados até o final de agosto de 2021. A concessão dos serviços da Companhia prevê que a distribuição de água e a coleta e tratamento de esgoto nos municípios do estado, que atualmente são de responsabilidade da Companhia, passem para a iniciativa privada pelo período de 35 anos.

A Companhia foi dividida em quatro blocos, sendo que cada um deles corresponderá a prestação de serviço em uma área do estado. Após a assinatura dos contratos com os vencedores de cada um dos blocos, inicia-se a gestão compartilhada, com prazo inicial de 6 meses, podendo ser prorrogado por mais 3 meses. Ao final do período de gestão compartilhada, a Cedae passa a ser responsável apenas e tão somente pela captação, tratamento e adução das águas que serão entregues aos vencedores da referida licitação.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações trimestrais. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, aprovadas em 24 de março de 2021. As práticas contábeis adotadas para estas informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 12 de agosto de 2021, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Continuidade operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações inclusive, neste trimestre avaliou os impactos da COVID-19, conforme apresentado na Nota Explicativa 1.2. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as informações contábeis intermediárias foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2.3. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais ("R\$"), que também é a moeda funcional da Companhia.

2.5. Contratos de concessão (intangível)

A infraestrutura utilizada pela CEDAE relacionada aos contratos de concessão é considerada controlada pelo Município quando:

- (i) O Município controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço;
- (ii) O Município controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão;
- (iii) Os direitos da CEDAE sobre a infraestrutura operada em conformidade com contratos são contabilizados como intangível como bens afetos a concessão, uma vez que a CEDAE tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os consumidores devem pagar pelos serviços da CEDAE; ou
- (iv) A Companhia ainda considera como intangível, bens não afetos (bens que são utilizados em conjunto por mais de um município, não sendo individualmente afetos a nenhum município) a concessão, a captação e as estações de tratamento, bem como suas respectivas adutoras de água.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Contratos de concessão (intangível)--Continuação

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se espere que esse trabalho gere benefícios econômicos futuros.

A grande maioria dos contratos de concessão de serviços da Companhia firmados com os municípios é regulada por acordos de concessão de serviço, nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão (que historicamente se opera através de renovação das concessões), que nesse caso é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis definida pela Administração, quais sejam: infraestruturas de água e esgoto 2%; equipamentos 10%; equipamentos de transportes 20%; móveis e utensílios 10% e outros ativos 4%.

No entanto, o direito de receber caixa previsto nos contratos de concessão não é incondicional, pois, em todos os contratos, existe a opção de prorrogação do prazo ao final da concessão por parte dos municípios. Dessa forma, a Companhia não reconhece em seu balanço patrimonial qualquer ativo financeiro relacionado às indenizações futuras.

Ativos intangíveis de concessão, em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil, o que ocorrer primeiro.

2.5.1. Contratos em processo de renovação

A Companhia possui oito contratos em processo de renovação com os municípios, dos quais quatro deles (Miracema, Porciúncula, São João da Barra e Teresópolis) apresentam previsão de recebimento de indenização ao final do contrato, conforme composição abaixo apresentada:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Teresópolis	154.172	156.597
São João da Barra	1.750	1.782
Miracema	916	934
Porciúncula	160	166
	<u>156.998</u>	<u>159.479</u>

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Contratos de concessão (intangível)--Continuação

2.5.1. Contratos em processo de renovação--Continuação

A Companhia vem prestando serviços aos outros quatro municípios (Angra dos Reis, Cachoeiras de Macacu, Cambuci e Quissamã) ao longo dos anos, apesar desses serviços não estarem suportados por contratos. A Companhia não tem expectativa de interrupção dos serviços que estão sendo prestados para esses municípios. Os ativos intangíveis relacionados à prestação desses serviços estão sendo amortizados pelo prazo de vida útil dos bens. O montante de tais ativos é apresentado da seguinte forma (Nota 8(i)):

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cachoeiras de Macacu	26.403	26.780
Angra dos Reis	7.591	7.701
Cambuci	2.583	2.628
Quissamã	1.388	1.407
	<u>37.965</u>	<u>38.516</u>

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos captados a taxas variáveis de juros, sendo esses valores projetados.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

A tabela abaixo mostra os empréstimos, financiamentos e outros parcelamentos mantidos pela Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Taxa Referencial ("TR")	432.416	439.234
Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP")	37.133	45.400
Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("SELIC")	15.311	13.395
Índice Nacional de Preço ao Consumidor ("INPC")	722.843	655.883

b) Risco de crédito

De acordo com a Legislação Estadual de Saneamento, o devedor é o imóvel ocupado e, portanto, todos os valores devidos são atrelados aos imóveis correspondentes e, caso essas dívidas não sejam liquidadas, ficam imputadas em suas matrículas. A Companhia só pode proceder à baixa da dívida após a constatação da inexistência do imóvel por meio de vistoria no local. O cadastro de clientes da Companhia é permanentemente atualizado através de vistorias realizadas pelas lojas comerciais e o setor de cadastro acompanha diariamente todas as alterações efetuadas em seu banco de dados.

O risco de crédito decorre de contas correntes, aplicações financeiras e depósitos judiciais mantidos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os riscos de crédito são monitorados pela Companhia da seguinte forma:

b.1) A Companhia constitui provisão para perdas de crédito esperadas de acordo com a expectativa de perda esperada, utilizando como base a inadimplência média e a recuperação de créditos históricas.

b.2) Exposição ao risco de crédito

Em 30 de junho de 2021, a exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação dessas informações contábeis intermediárias é de R\$2.755.198, (R\$2.499.444 em 31 de dezembro 2020) composto pelo valor contábil dos títulos de dívida classificados como equivalentes de caixa, depósitos em instituições financeiras e contas a receber de clientes na data do balanço representando 18% do total do ativo e 39% do patrimônio líquido (Notas 4 a 6).

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, dos empréstimos de instituições financeiras do Governo Federal e dos financiamentos nos mercados locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender às suas despesas de capital e operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)	Total
Em 30 de junho de 2021 (i)					
Empréstimos e financiamentos	172.579	303.919	1.054.184	4.209.906	5.740.588
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	61.885	64.210	192.711	505.018	823.824
Empreiteiros e fornecedores	152.817	-	-	-	152.817
Outras contas a pagar e Agenera	61.965	-	-	9.559	71.524
Em 31 de dezembro de 2020 (i)					
Empréstimos e financiamentos	157.724	217.749	675.016	2.682.491	3.732.980
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	58.105	60.312	126.720	586.067	831.204
Empreiteiros e fornecedores	87.846	-	-	-	87.846
Outras contas a pagar e Agenera	108.744	-	-	8.639	117.383

(i) Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos financiamentos e parcelamentos.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma e, sim, baseadas em convenção da Administração da Companhia, de modo a garantir uma análise adequada dos fluxos de pagamentos das principais obrigações ao longo do tempo.

Conforme demonstrado na tabela acima e detalhado na Nota 10, a Companhia vem buscando alinhar a sua geração de caixa às suas necessidades de desembolso e, ações concretas vêm sendo adotadas pela Administração, como a captação de recursos através de diversas operações financeiras, e que resultou em uma redução nas taxas de juros e consequente alongamento dos prazos de pagamento.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a CEDAE monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (considerando os de curto e os de longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os índices de alavancagem financeira são calculados da seguinte forma:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Total dos empréstimos (Nota 10)	484.641	498.029
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(1.216.216)	(1.259.928)
Dívida líquida	(731.575)	(761.899)
Total do patrimônio líquido	7.175.899	7.089.254
Capitalização total	6.444.324	6.327.355
Índice de alavancagem financeira (dívida líquida/patrimônio líquido)	-10%	-11%

3.3. Classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas informações contábeis intermediárias são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.3. Classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo--Continuação

- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas informações contábeis intermediárias de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

A Nota 3.5 apresenta a definição da classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo para os principais ativos e passivos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

3.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado estão apresentados a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e aplicações financeiras têm seus valores de mercado idênticos ou muito próximos aos saldos contábeis.

Empréstimos e recebíveis

Incluem recebíveis, depósitos judiciais, saldos com fornecedores, bem como empréstimos e financiamentos e debêntures, ambos em moeda nacional.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

Empréstimos e recebíveis--Continuação

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A gestão desses instrumentos é efetuada pela Administração por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicação de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação**3.5. Definição da classificação dos níveis hierárquicos dos instrumentos financeiros**

Em 30 de junho de 2021	Nível hierárquico	Ativos ao valor justo por meio do resultado	%	Mensurado pelo custo amortizado	%	Valor justo	%
Ativos conforme balanço patrimonial		1.310.477	9%	3.512.479	23%	4.822.956	32%
Caixa e equivalentes de caixa (NE 4)	Nível 1	1.216.216	8%	-	-	1.216.216	8%
Títulos e valores mobiliários (NE 5)	Nível 2	94.261	1%	-	-	94.261	1%
Contas a receber de clientes (NE 6)	Nível 2	-	-	1.444.721	9%	1.444.721	9%
Depósitos judiciais (NE 13)	Nível 2	-	-	2.017.788	13%	2.017.788	13%
Outros créditos	Nível 2	-	-	49.970	1%	49.970	1%
Passivos financeiros				921.766	6%	921.766	6%
Empréstimos e financiamentos e debêntures (NE 10)	Nível 2	-	-	484.641	3%	484.641	3%
Empreiteiros e fornecedores	Nível 2	-	-	152.817	1%	152.817	1%
Outros parcelamentos (NE 17)	Nível 2	-	-	173.841	1%	173.841	1%
Outros contas a pagar (NE 15)	Nível 2	-	-	110.467	1%	110.467	1%
Em dezembro de 2020	Nível hierárquico	Ativos ao valor justo por meio do resultado	%	Mensurado pelo custo amortizado	%	Valor justo	%
Ativos conforme balanço patrimonial		1.352.056	10%	3.043.386	22%	4.395.442	32%
Caixa e equivalentes de caixa (NE 4)	Nível 1	1.259.928	9%	-	-	1.259.928	9%
Títulos e valores mobiliários (NE 5)	Nível 2	92.128	1%	-	-	92.128	1%
Contas a receber de clientes (NE 6)	Nível 2	-	-	1.147.388	8%	1.147.388	8%
Depósitos judiciais (NE 13)	Nível 2	-	-	1.843.858	13%	1.843.858	13%
Outros créditos	Nível 2	-	-	52.140	1%	52.140	1%
Passivos financeiros				906.758	6%	906.758	6%
Empréstimos e financiamentos e debêntures (NE 10)	Nível 2	-	-	498.029	3%	498.029	3%
Empreiteiros e fornecedores	Nível 2	-	-	87.846	1%	87.846	1%
Outros parcelamentos (NE 17)	Nível 2	-	-	173.892	1%	173.892	1%
Outros contas a pagar (NE 15)	Nível 2	-	-	146.991	1%	146.991	1%

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.6. Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou sujeitos à provisão para deterioração pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch Ratings e Standard & Poor's), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (Nota 4)	1.216.216	1.259.928
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	94.261	92.128
	<u>1.310.477</u>	<u>1.352.056</u>
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 13)	2.017.788	1.843.858

O risco de crédito das contas a receber da Companhia encontra-se detalhado na Nota 3.1.b.

A avaliação de *rating* das instituições financeiras custodiantes dos ativos de conta corrente, depósitos bancários e depósitos judiciais, é assim apresentada:

	<u>Fitch Ratings</u>	<u>Moody's</u>	<u>Standard & Poor's</u>
Bradesco	AAA	Ba2	BB-
Banco do Brasil S.A.	AA	Ba2	BB-
Caixa Econômica Federal - CEF	AA	Ba2	BB-
Itaú Unibanco S.A.	AAA	Ba2	BB-
Banco Santander	-	Ba1	BB-

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação**3.7. Análise de sensibilidade**Cenário I

Instrumentos financeiros	Indexador	Projetada para 30 de setembro de 2021		
		Valor de risco provável	Taxa maior em 25%	Taxa maior em 50%
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	1.300.470	1.305.736	1.311.002
Total		1.300/470	1.305.736	1.311.002
Passivo financeiro				
Debêntures (5ª emissão - 1ª série)	TJLP	39.295	39.412	39.528
Debêntures (5ª emissão - 2ª série)	Selic	113.615	13.670	13.725
CCB – Subcréditos	TR	432.416	432.416	432.416
Prece	INPC	733.986	736.771	739.557
Total		1.219.312	1.222.269	1.225.226

A seguir é apresentado o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia. São apresentados dois cenários nos termos da Instrução da CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos ativos e passivos financeiros convertidos a uma taxa projetada para 30 de setembro de 2021 com apreciação de 25% e 50% no Cenário I e 25% e 50% de deterioração no Cenário II, conforme tabela abaixo.

Referências para passivos financeiros - Cenário I	Taxa projetada para	Aumento da taxa em	
	30 de setembro de 2021	25%	50%
CDI - trimestral	1,65%	2,06%	2,47%
TR - trimestral	0,00%	0,00%	0,00%
INPC - trimestral	1,54%	1,93%	2,31%
TJLP - trimestral	1,20%	1,50%	1,80%
Selic - trimestral	1,65%	2,06%	2,47%

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.7. Análise de sensibilidade--Continuação

Cenário II

Instrumentos financeiros	Indexador	Projetada para 30 de setembro de 2021		
		Valor de risco provável	Taxa menor em 25%	Taxa menor em 50%
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	1.300.470	1.295.332	1.289.938
Total		1.300.470	1.295.332	1.289.938
Passivo financeiro				
Debêntures (5ª emissão - 1ª série)	TJLP	39.295	39.179	39.063
Debêntures (5ª emissão - 2ª série)	Selic	13.615	13.561	13.505
CCB - Subcréditos	TR	432.416	432.416	432.416
Prece	INPC	733.986	731.128	728.414
Total		1.219.312	1.216.284	1.213.398

Referências para passivos financeiros - Cenário II	Taxa projetada para	Redução da taxa em	
	30 de setembro de 2021	25%	50%
CDI - trimestral	1,65%	1,24%	0,82%
TR - trimestral	0,00%	0,00%	0,00%
INPC - trimestral	1,54%	1,15%	0,77%
TJLP - trimestral	1,20%	0,90%	0,60%
Selic - trimestral	1,65%	1,24%	0,82%

Essas análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia. Tais valores, quando de sua liquidação, poderão apresentar valores diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e contas movimento	31.124	21.736
Aplicações financeiras (*)	1.185.092	1.238.192
	1.216.216	1.259.928

(*) O valor refere-se a CDB's e fundos de renda fixa.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

O excedente de caixa da Companhia é aplicado em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por fundos de investimentos, que possuem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações da Companhia buscam rentabilidade compatível com as variações da CDI.

As aplicações financeiras representam recursos a serem utilizados para fazer face ao pagamento das obrigações de curto prazo, com possibilidade de resgate imediato, pronta conversão em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses ativos financeiros incluem somente valores em moeda nacional.

As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras, classificadas nas rubricas de "Caixa e equivalentes de caixa" e títulos e valores mobiliários, totalizaram R\$18.262 em 30 de junho de 2021 (R\$29.465 em 31 de dezembro de 2020) (Nota 21.b).

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Não circulante		
Fundo de investimento imobiliário Caixa (Fiicc)	44.241	43.697
Fundo de Investimento em cotas Fundações - Novo Guandu (Fic)	30.541	30.229
Fundo de Investimento Imobiliário - Banco do Brasil ("Fiicc")	9.123	9.692
Bradesco - DEB. 5º Res. - BNDES GOVPP	9.555	7.830
Outros	801	680
	<u>94.261</u>	<u>92.128</u>

6. Contas a receber de clientes

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a receber faturadas	17.438.084	16.519.750
Parcelamentos	327.002	407.049
Consumo a faturar	921.675	549.632
	<u>18.686.761</u>	<u>17.476.431</u>
Provisão para perdas de créditos esperadas (Nota 6.3)	<u>(17.242.040)</u>	<u>(16.329.043)</u>
Contas a receber de clientes	<u>1.444.721</u>	<u>1.147.388</u>
Circulante	1.285.548	965.171
Não circulante	159.173	182.217
	<u>1.444.721</u>	<u>1.147.388</u>

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

6.1. Créditos junto aos municípios

Para os 34 municípios que renovaram convênio nos moldes da Lei Federal nº 11.445/2007, a Companhia pretende conceder perdão dos débitos que totalizam R\$159.171 em 30 de junho de 2021 (R\$153.550 em 31 de dezembro de 2020), que foram provisionados em sua totalidade. Para os demais municípios, a provisão foi constituída, no montante de R\$567.769, em 30 de junho de 2021 (R\$526.115 em 31 de dezembro de 2020).

6.2. Créditos junto ao Estado do Rio de Janeiro

Em 30 de junho de 2021, as obras que estão sendo efetuadas pelo Estado do Rio de Janeiro para quitação de dívidas por meio do Encontro de Contas estão abaixo relacionadas e o saldo a receber está apresentado líquido dos valores faturados das obras, cuja baixa tem como contrapartida a rubrica "Obras em andamento" na rubrica intangível e ativo de contrato (Nota 8).

	Valor total da obra	Custo incorrido	Atualização monetária	Saldo (Nota 7)	Previsão de Conclusão
Ampliação do sistema de água do Parque Fluminense	13.930	12.481	483	1.932	Concluído
Implantação do sistema de abastecimento de água de Inoã e Itaipuaçu	62.385	70.348	(2.654)	(10.617)	Concluído
Ampliação do sistema de abastecimento de água do Bairro de Campo Grande	19.018	25.942	(2.308)	(9.232)	Concluído
Ampliação do sistema de abastecimento de água da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena	209.326	171.269	12.683	50.740	07/04/2023
Ampliação do sistema de abastecimento da Zona Oeste bairros de Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e outros	228.138	50.589	59.170	236.719	Em fase de licitação
Valores em reconhecimento de dívida	414	-	138	552	
	533.211	330.629	67.512	270.094	

Considerando que a quitação da respectiva dívida ocorrerá através do recebimento das obras em andamento relativas aos contratos de concessão mantidos pela Companhia, e que até 30 de junho de 2021 o Estado do Rio de Janeiro não efetuou quitação, a CEDAE efetuou o ajuste relativo ao 1º aditivo ao Termo de Encontro de Contas, em sua CLÁUSULA SEGUNDA, Parágrafo Terceiro no montante de R\$67.512 (R\$51.323 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação**6.3. Composição de contas a receber por classificação de cliente e por idade**

A segregação das contas a receber entre órgãos da Administração Pública e terceiros, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, encontra-se detalhada a seguir:

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	1.112.056	42.983	105.333	38.404	1.298.776
Vencidas em até 30 dias	181.889	4.202	9.506	10.135	205.732
Vencidas de 31 a 60 dias	161.613	2.195	8.331	11.588	183.727
Vencidas de 61 a 90 dias	150.254	1.909	6.962	8.871	167.996
Vencidas de 91 a 180 dias	423.905	5.194	13.723	27.161	469.983
Vencidas mais de 180 dias	14.518.970	249.299	66.053	719.948	15.554.270
Grandes clientes	1.124.530	-	-	-	1.124.530
Arrecadação a Disc.	(318.253)	-	-	-	(318.253)
Saldo em 30 de junho de 2021	17.354.964	305.782	209.908	816.107	18.686.761

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	815.478	30.678	121.836	34.319	1.002.311
Vencidas em até 30 dias	180.452	4.853	6.340	11.285	202.930
Vencidas de 31 a 60 dias	148.378	2.176	5.060	9.981	165.595
Vencidas de 61 a 90 dias	88.791	1.694	2.087	6.040	98.612
Vencidas de 91 a 180 dias	407.801	4.899	4.710	28.434	445.844
Vencidas mais de 180 dias	13.904.943	239.216	53.326	672.166	14.869.651
Grandes clientes	1.022.499	-	-	-	1.022.499
Arrecadação a Disc.	(331.011)	-	-	-	(331.011)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.237.331	283.516	193.359	762.225	17.476.431

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito nas contas a receber da Companhia em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, utilizando-se de uma matriz de provisão:

Taxa de atraso em 30/06/2021	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal
A vencer	21,45%	42,16%	50,16%	77,81%
Vencidas em até 30 dias	70,21%	66,70%	49,58%	85,21%
Vencidas de 31 a 60 dias	86,82%	94,05%	50,26%	94,79%
Vencidas de 61 a 90 dias	90,08%	90,07%	54,86%	97,61%
Vencidas de 91 a 180 dias	92,38%	95,45%	94,00%	98,67%
Vencidas mais de 180 dias	98,22%	99,23%	99,87%	99,81%
Grandes clientes	64,28%	-	-	-

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação**6.3. Composição de contas a receber por classificação de cliente e por idade--
Continuação**

Taxa de atraso em 31/12/2020	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal
A vencer	21,45%	42,16%	50,16%	77,81%
Vencidas em até 30 dias	70,21%	66,70%	49,58%	85,21%
Vencidas de 31 a 60 dias	86,82%	94,05%	50,26%	94,79%
Vencidas de 61 a 90 dias	90,08%	90,07%	54,86%	97,61%
Vencidas de 91 a 180 dias	92,38%	95,45%	94,00%	98,67%
Vencidas mais de 180 dias	98,22%	99,23%	99,87%	99,81%
Grandes Clientes	63,20%	-	-	-

A composição por idade do contas a receber líquido da provisão para perdas de crédito esperadas está apresentada a seguir:

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	873.528	24.861	52.500	8.522	959.411
Vencidas em até 30 dias	54.177	1.400	4.793	1.499	61.869
Vencidas de 31 a 60 dias	21.293	131	4.144	604	26.172
Vencidas de 61 a 90 dias	14.905	190	3.143	212	18.450
Vencidas de 91 a 180 dias	32.306	236	823	362	33.727
Vencidas mais de 180 dias	258.209	1.925	89	1.401	261.624
Grandes Clientes	401.721	-	-	-	401.721
Arrecadação a Disc.	(318.253)	-	-	-	(318.253)
Saldo em 30 de junho de 2021	1.337.886	28.743	65.492	12.600	1.444.721

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	640.564	17.744	60.726	7.616	726.650
Vencidas em até 30 dias	53.749	1.616	3.197	1.668	60.230
Vencidas de 31 a 60 dias	19.549	129	2.516	520	22.715
Vencidas de 61 a 90 dias	8.808	168	942	144	10.063
Vencidas de 91 a 180 dias	31.079	224	283	379	31.963
Vencidas mais de 180 dias	247.289	1.848	71	1.309	250.517
Grandes Clientes	376.261	-	-	-	376.261
Arrecadação a Disc.	(331.011)	-	-	-	(331.011)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.046.288	21.729	67.735	11.636	1.147.388

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação**6.3. Composição de contas a receber por classificação de cliente e por idade--Continuação**

A movimentação da provisão para perda de crédito esperadas pode ser demonstrada da seguinte forma:

Saldo em 1º de janeiro de 2020	(14.431.552)
Constituição	(2.023.476)
Reversão	125.985
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(16.329.043)</u>
Constituição (Nota 20b)(*)	(1.044.237)
Reversão (Nota 20b)	131.240
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>(17.242.040)</u>

(*) Cabe esclarecer de que na constituição de perdas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que, neste momento, estão agravadas pelo cenário do COVID-19 onde em linha com o disposto no Decreto Estadual N°46966 de 11/03/2020, a Companhia interrompeu os serviços de corte para as ligações de todas as categorias. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas, uma vez que a Companhia voltará a ter a possibilidade de interrupção de seus serviços após o fim das restrições decorrentes do Plano de Contingência.

7. Transações com partes relacionadas**i) Transações e saldos**

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía os seguintes saldos com o acionista Controlador, o Estado do Rio de Janeiro, e órgãos relacionados:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo		
Circulante		
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	49.341	21.050
Valores a receber por cessão de funcionários (b)	351	8.139
	<u>49.692</u>	<u>29.189</u>
Não circulante		
Créditos a receber de obras do Estado do Rio de Janeiro (Nota 6.2)	270.094	253.905
Adiantamento ao controlador (c)	40.239	40.239
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	57.937	52.638
	<u>368.270</u>	<u>346.782</u>
	<u>417.962</u>	<u>375.971</u>

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Transações com partes relacionadas--Continuação**i) Transações e saldos--Continuação**

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo		
Circulante		
Prece (e)	(78.048)	(64.985)
Cedae Saúde (e)	(8.265)	(9.484)
	(86.313)	(74.469)
Não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital (d)	(26.944)	(26.944)
Prece (e)	(658.566)	(655.308)
Cedae Saúde (e)	(2.494.049)	(2.462.232)
	(3.179.559)	(3.144.484)
Saldo líquido	(2.847.910)	(2.842.982)
	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Resultado		
Passivo atuarial (Nota 16)	(121.579)	(124.675)
Serviços de abastecimento de água e esgoto (f)	59.184	41.982
Provisão para perdas de crédito esperadas	(66.492)	(52.639)
Instituto Estadual do Ambiente ("Inea") (g)	(23.643)	(22.721)
	(151.530)	(158.053)

- (a) Contas a receber de órgãos estaduais são valores a receber pela prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, em termos e condições praticados com terceiros não relacionados.
- (b) Valores a receber por cessão de funcionários são relativos aos empregados cedidos a outros órgãos estaduais.
- (c) Refere-se a adiantamento de repasse financeiro ao Estado do Rio de Janeiro para execução através da Seobras, de obras de modernização e ampliação do abastecimento de água e do sistema de esgotamento do Estado. Alinhadas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esses ativos serão transferidos à Companhia quando da sua conclusão, conforme Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia em 20 de abril de 2011.
- (d) Os créditos para futuro aumento de capital foram decorrentes de pagamentos efetuados diretamente pelo Estado do Rio de Janeiro, de obras com saneamento básico, contratados pela CEDAE.
- (e) Os saldos do passivo atuarial com a Prece e Cedae Saúde estão devidamente demonstrados na Nota 18.
- (f) Refere-se à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, nos mesmos termos negociais efetuados com terceiros.
- (g) Refere-se a valores pagos ao Inea pela retirada de água dos rios e mananciais, para utilização no processo operacional da Companhia.

ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração e da governança

O pessoal-chave da Administração e da governança inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê de Auditoria e o chefe da auditoria interna. A remuneração paga e a pagar está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Transações com partes relacionadas--Continuaçãoii) Remuneração do pessoal-chave da Administração e da governança--Continuação

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Salários e encargos sociais	2.912	2.599
Plano de assistência médica	21	18
Planos de aposentadoria e pensão	24	12
Outros	66	62
	3.023	2.691

Esses valores foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

8. Intangível e ativo de contrato

	Taxa de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil	
				30/06/2021	31/12/2020
Contratos em negociação para renovação	12	272.282	(77.320)	194.962	197.995
Contratos programas	3	216.490	(60.184)	156.306	158.691
Contratos concessão	7	1.222.009	(356.287)	865.722	878.113
Município do Rio de Janeiro	10	5.409.455	(1.584.159)	3.825.296	3.889.519
Intangíveis não afetos	12	4.364.934	(1.392.475)	2.972.459	3.025.527
Marcas e patentes	7	127	(48)	79	83
Ativo de contrato (Obras em andamento)	-	1.660.486	-	1.660.486	1.568.614
		13.145.783	(3.470.473)	9.675.310	9.718.542

	31/12/2020	Adições (*)	Baixa	Amortização	Créditos fiscais	Transferências	30/06/2021
Contratos em negociação para renovação (i)	197.995	14	-	(3.047)	-	-	194.962
Contratos programas (ii)	158.691	-	-	(2.385)	-	-	156.306
Contratos concessão (iii)	878.113	169	-	(12.717)	157	-	865.722
Município do Rio de Janeiro (iv)	3.889.519	277	-	(65.372)	872	-	3.825.296
Intangíveis não afetos (v)	3.025.527	1.325	-	(54.402)	9	-	2.972.459
Marcas e patentes	83	-	-	(4)	-	-	79
Ativo de contrato (Obras em andamento) (vi)	1.568.614	91.872	-	-	-	-	1.660.486
	9.718.542	93.657	-	(137.927)	1.038	-	9.675.310

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível e ativo de contrato--Continuação

	31/12/2019	Adições (*)	Baixa	Amortização	Créditos fiscais	Transferências	31/12/2020
Contratos em negociação para renovação (i)	204.056	32	-	(6.093)	-	-	197.995
Contratos programas (ii)	163.462	-	-	(4.771)	-	-	158.691
Contratos concessão (iii)	903.225	-	-	(25.427)	315	-	878.113
Município do Rio de Janeiro (iv)	4.015.939	2.560	-	(130.723)	1.743	-	3.889.519
Intangíveis não afetos (v)	3.133.574	951	-	(109.016)	18	-	3.025.527
Marcas e patentes	91	-	-	(8)	-	-	83
Ativo de contrato (Obras em andamento) (vi)	1.491.098	77.516	-	-	-	-	1.568.614
	9.911.445	81.059	-	(276.038)	2.076	-	9.718.542

(*) As adições ocorridas no período de 2021 totalizaram R\$93.657 com recursos próprios, (R\$81.059 em 31 de dezembro 2020 com recursos próprios).

A Companhia opera contratos de concessão que preveem a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, captação, adução, tratamento e distribuição de água tratada, e coleta, e tratamento de esgotamento sanitário. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público. Os contratos preveem que os bens relacionados à prestação de serviços serão revertidos aos municípios ao fim do período de concessão.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia operava em 64 municípios no Estado do Rio de Janeiro. Na maior parte desses municípios o período de concessão é de 30 anos (Nota 1).

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa.

Os intangíveis estão assim classificados:

(i) Contratos em negociação para renovação

Até 30 de junho de 2021, permaneciam em fase de negociação oito contratos de concessão com municípios, sem prejuízo da continuidade da prestação de serviço. O valor contábil do intangível utilizado nestes municípios totalizava R\$R\$194.963 em 30 de junho de 2021 (R\$197.995 em 31 de dezembro de 2020) e os encargos de amortização desses municípios durante o exercício findo nessa data foram de R\$3.047 (R\$6.093 em 31 de dezembro de 2020). Os contratos de concessão preveem que os bens afetos à distribuição serão revertidos aos municípios no final do prazo, mediante indenização pelo valor residual ou valor de mercado de acordo com o estipulado em cada contrato ou a prorrogação da vigência do contrato (Nota 1).

(ii) Contratos de programa - investimentos realizados

Referem-se às renovações dos contratos celebrados nas décadas de 70 e 80, denominados de concessão, através de contratos de programa nos moldes da Lei Federal nº 11.445/2007, que tem por objeto a prestação de serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em que a Companhia detém concessão dos bens existentes, adquiridos ou construídos durante a vigência destes contratos que estão sendo amortizados pela vida útil dos bens relacionados. Ao final dos contratos de programa, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o Poder Concedente opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível e ativo de contrato--Continuação

(iii) Contratos de concessão

Os contratos de concessão e de programa preveem que os bens de distribuição serão revertidos ao município ao final do período contratual, pelo valor residual ou valor de mercado, de acordo com os termos de cada contrato. A amortização é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Ao final dos contratos de concessão, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o município opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

(iv) Município do Rio de Janeiro

No Município do Rio de Janeiro foi celebrado o Termo de reconhecimento recíproco de direitos e obrigações que constitui um ato jurídico perfeito firmado pelo Estado, Município e CEDAE para a gestão associada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 50 anos, automaticamente renovável por mais 50 anos.

Como parte desse termo, a Companhia tem a obrigação, em conjunto com o Município do Rio de Janeiro, de instalar, em suas respectivas áreas de atuação, de forma gradual e progressiva, sistemas de esgotamento sanitário pelo método de separadores absolutos, substituindo a utilização das galerias de águas pluviais e canais de drenagem pluvial para transporte de efluentes provenientes de unidades de tratamento de esgotos, que permanecerá em caráter transitório e sem quaisquer ônus. A Administração da Companhia cumprirá essa obrigação até o término do referido termo, previsto para o ano de 2057. Os bens estão sendo amortizados durante o tempo de vida útil.

(v) Intangíveis não afetos às concessões (adutoras e outros)

Referem-se à infraestrutura necessária à execução dos serviços prestados em comum a todos os contratos de concessão, a qual, consequentemente, não pode ser individualmente vertida a nenhum município ao final do contrato de concessão. Essa infraestrutura em comum fica de forma vitalícia sob contrato de concessão, uma vez que os prazos dos contratos com os municípios não convergem.

(vi) Obras em andamento - Ativo de contrato

Em 30 de junho de 2021, as obras em andamento referem-se, principalmente, a novos projetos e são representados por redes e ligações de tratamento de água no valor de R\$1.329.751, sistema de coleta e tratamento de esgoto no valor de R\$328.254 e materiais a distribuir R\$2.480 (R\$1.253.823, R\$312.311 e R\$2.480, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020).

(vii) Reavaliação

A Companhia optou pela isenção do custo atribuído, conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, mantendo, assim, os seus bens do imobilizado, transferidos posteriormente para o intangível, pelos valores reavaliados na data-base de 2006. Em virtude do exposto, a Companhia reclassificou, em 1º de janeiro de 2009, o valor integral da reserva de reavaliação para outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

(vii) Reavaliação--Continuação

Foram realizados, por amortização ou baixa no período findo em 30 de junho de 2021, os montantes de R\$84.921 (R\$169.841 em 31 de dezembro de 2020) de outros resultados abrangentes, registrados em contrapartida da conta de "Lucros acumulados", deduzidos dos efeitos tributários (Nota 18.e).

Em 30 de junho de 2021, a contribuição social registrada no passivo não circulante decorrente desse acréscimo patrimonial é de R\$488.681 (R\$497.080 em 31 de dezembro de 2020) (Nota 14).

9. Imobilizado

	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	
				30/06/2021	31/12/2020
Terrenos	0%	58.476	-	58.476	58.476
Edificações	4%	19.486	(9.678)	9.808	10.167
Máquinas, equipamentos e instalações	10%	17.077	(10.220)	6.857	6.808
Móveis e utensílios	10%	3.781	(3.173)	608	536
Computadores	20%	7.786	(6.580)	1.206	1.480
Benfeitorias	10%	1.228	(658)	570	591
Máquinas, tratores e similares	20%	1.249	(1.112)	137	182
		109.083	(31.421)	77.662	78.240

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

As movimentações do ativo imobilizado em 2021 e 2020 estão demonstradas a seguir:

	31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Transferências	30/06/2021
Terrenos	58.476	-	-	-	-	-	58.476
Edificações	10.167	-	-	(360)	-	-	9.807
Máquinas, equipamentos e instalações	6.808	709	-	(660)	-	-	6.857
Móveis e utensílios	536	144	-	(71)	-	-	609
Computadores	1.480	115	-	(389)	-	-	1.206
Benfeitorias	591	-	-	(23)	2	-	570
Máquinas, tratores e similares	182	-	-	(45)	-	-	137
	78.240	968	-	(1.548)	2	-	77.662

	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Transferências	31/12/2020
Terrenos	58.476	-	-	-	-	-	58.476
Edificações	10.886	-	-	(719)	-	-	10.167
Máquinas, equipamentos e instalações	7.074	994	-	(1.260)	-	-	6.808
Móveis e utensílios	608	82	-	(154)	-	-	536
Computadores	2.216	42	-	(778)	-	-	1.480
Veículos	10	-	-	(10)	-	-	-
Benfeitorias	635	-	-	(48)	4	-	591
Máquinas, tratores e similares	284	-	-	(102)	-	-	182
	80.189	1.118	-	(3.071)	4	-	78.240

a) Ativos dados em garantia

A Companhia não possui ativos imobilizados dados como garantia em operações realizadas com terceiros.

b) Imóveis pendentes de regularização

Conforme apresentado no laudo de avaliação dos peritos (exercício-base 2005), a Companhia possui a posse de 581 imóveis, no valor de R\$115.583 e de 85 terrenos no valor de R\$55.803, pendentes de legalização. Somente quando da regularização desses imóveis é que tais ativos serão reconhecidos contabilmente pela Companhia. Em 30 de junho de 2021, o valor de mercado desses ativos totalizava R\$171.386.

c) A depreciação acima não está apresentada com os efeitos de redução ocorridos através do benefício de recuperação de créditos fiscais de Pasesp e Cofins baseados nas Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa</u>
Debêntures - quinta emissão (a)	52.225	58.794	2025	1ª Série: TJLP + 2,75% a.a.
Financiamento - CCB FGTS 1ª Tranche (b)	400.334	406.665	2038	2ª Série Selic + 2,75% a.a.
Financiamento - CCB FGTS 2ª Tranche (b)	28.990	29.478	2039	8,5% + TR a.a.
Financiamento - CCB FGTS 3ª Tranche (b)	3.092	3.092	2041	8,5% + TR a.a.
	484.641	498.029		

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante	49.927	56.745
Não circulante	434.714	441.284
	484.641	498.029

Os empréstimos e financiamentos junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") foram captados para aplicação em ampliação de redes de águas e esgotos sanitários, como também para ampliação de estações de tratamento, incidindo sobre eles as taxas de juros demonstradas acima. Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas e garantias, exceto o que for expressamente ressalvado em nota explicativa.

A movimentação dos empréstimos em 30 de junho de 2021 é dada como segue:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo em 1º de janeiro	498.029	640.026
Captações	-	-
Juros e variação monetária,	20.268	46.079
Amortizações	(33.656)	(188.076)
Saldo	484.641	498.029

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas, têm os seguintes vencimentos:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2022	50.213	54.865
2023	56.233	54.865
2024	56.233	54.865
2025 em diante	272.035	276.689
	434.714	441.284

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(a) Debêntures

Quinta emissão

Em 17 de abril de 2015, o Conselho de Administração aprovou a estruturação da quinta emissão de debêntures no valor de R\$113.088 em quantidade de mil debêntures simples, nominativas, de valor nominal unitário de R\$113 não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia real por meio de colocação privada, mediante a subscrição exclusiva do BNDES das debêntures da primeira série e subscrição exclusiva pela BNDES Participações S.A. - BNDESPAR das Debêntures da segunda série. A emissão ocorreu em 15 de junho de 2015.

Essa emissão de debêntures tem por objetivo financiar o projeto de implantação de novas redes de abastecimento de água na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de redução de perdas e consumo de energia. Destacamos que, embora a data da emissão seja em junho de 2015, por conta de atendimentos aos condicionantes contratuais, a primeira subscrição por parte do BNDES e BNDESPAR foi realizada em 23 de outubro de 2015, no valor total de R\$45.236, sendo R\$31.432 referente à primeira série e R\$13.804 referente à segunda série.

Em 13 de julho de 2016, foi realizada subscrição de mais uma tranche de R\$58.044, sendo R\$40.865 da primeira série e R\$17.179 da segunda série.

A emissão possuía carência de 24 meses, encerrados em 15 de junho de 2017, com pagamento de juros trimestrais. A amortização será feita por meio de 96 parcelas mensais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2017, e a última em 15 de junho de 2025.

As debêntures farão jus a juros remuneratórios da seguinte forma:

- (i) 1ª série: TJLP + 1,00% + 1,75%;
- (ii) 2ª série: Selic x (1,00% + 1,75%).

(b) Financiamento junto à Caixa Econômica Federal (Ampliação e Melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense Construção Complexo Guandu 2)

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia assinou com a Caixa Econômica Federal a CCB nº 433.257-52 no valor de R\$1.076.596 (1ª tranche) em 23 de dezembro de 2015, a CCB nº 441.050-71 no valor de R\$1.390.817 (2ª tranche) em 30 de junho de 2017, a CCB nº 441.054-75 no valor de R\$570.087 (3ª tranche). Esses valores referem-se à totalidade da operação de crédito de R\$3.037.500, que foi captada junto à Caixa Econômica Federal, e será utilizada na ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense e na construção do Complexo Guandu 2, que consiste na implantação de uma nova estação de tratamento com produção de 12 mil litros de água por segundo, com elevatória de água tratada, linha de recalque (tubulação que abastece o reservatório) e reservatório com capacidade para armazenar 57 milhões de litros de água potável.

Esses recursos também serão usados para a construção, nos diversos municípios da baixada fluminense, de 17 novos reservatórios e reforma de outros nove que hoje estão fora de operação. Na região ainda serão construídas 16 elevatórias de grande porte e assentados 95 quilômetros de adutora para abastecer os reservatórios e outros 760 quilômetros de tronco e redes distribuidoras, além da instalação de dezenas de milhares de novas ligações domiciliares.

No momento, essa operação encontra-se na fase de desembolso em relação a todas as tranches. O prazo para o desembolso dos recursos é de 48 meses da data da assinatura das referidas cédulas, sendo permitida a sua prorrogação.

O Financiamento (CCB nº 433.257-52 - 1ª tranche) possui carência de 48 meses, encerrados em 20 de janeiro de 2019. A amortização será feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de fevereiro de 2019. Em 30 de junho de 2021, o saldo constituído deste financiamento é de R\$400.334 (R\$406.665 em 31 de dezembro de 2020). Os juros remuneratórios dessa CCB são de TR + 8,5% a.a.

A 2ª tranche (CCB nº 441.050-71) também apresenta carência de 48 meses com juros remuneratórios de TR + 8,5% a.a. A amortização será feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de janeiro de 2020. Em 30 de junho de 2021, o saldo constituído desse financiamento é de R\$28.990 (R\$29.478 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A 3ª tranche (CCB nº 441.054-75) também apresenta carência de 48 meses com juros remuneratórios de TR + 8,7% a.a. A amortização será feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de julho de 2021. Em 30 de junho de 2021, o saldo constituído desse financiamento é de R\$3.092 (R\$3.092 em 31 de dezembro de 2020).

11. Tributos a recuperar e a recolher

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Tributos a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social (i)	86.313	65.312
	86.313	65.312
Impostos, taxas e contribuições a recolher		
IRPJ (ii)	11.745	25.922
Pasep e Cofins a recolher (ii)	22.146	22.137
ISS a recolher	1.061	1.118
	34.952	49.177

(i) Refere-se a valores recolhidos de IRPJ que se recupera devido à Imunidade Tributária conforme ACO nº 2.757/RJ, e CSLL e IRPJ retidos na fonte conforme Lei nº 9.430/96, conforme divulgado na Nota 14.

(ii) Refere-se basicamente ao IRRF s/ folha de pagamento, com vencimento em 25/07/2021.

(iii) Refere-se a valores provisionados da competência de junho de 2021, com vencimento em 25 de julho de 2021.

12. Parcelamentos tributários

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Refis IV (a)	115.454	131.895
Refis da Copa (b)	59.713	62.822
	175.167	194.717
Circulante	41.826	41.580
Não circulante	133.341	153.137
	175.167	194.717

Em 30 de junho de 2021, a Companhia estava em cumprimento com todas as condições exigidas para sua manutenção nos parcelamentos tributários. As parcelas que vencerão a longo prazo possuem o seguinte cronograma de pagamentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2022	21.033	41.749
2023	42.066	41.749
2024 em diante	70.242	69.639
	133.341	153.137

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Parcelamentos tributários--Continuação

Em julho de 2003, a Administração da Companhia optou pela adesão ao Parcelamento Especial ("Paes") instituído pela Lei Federal nº 10.684/2003 e, em 28 de dezembro de 2006, aderiu ao Parcelamento Excepcional ("Paex") instituído pela Medida Provisória nº 303/2006. Parte dos saldos desses dois programas pertencentes à Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") e INSS foram incluídos em 30 de junho de 2011 no parcelamento Programa de Recuperação Fiscal IV ("Refis IV").

(a) Refis IV

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Parcelamento - Refis IV instituído pela Lei Federal nº 11.941/2009, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento mais vantajoso para seus débitos de obrigações fiscais e previdenciárias.

Quando da opção pelo referido programa, a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil (RFB) a inclusão da totalidade dos débitos em aberto constantes da conta corrente junto à instituição, além da migração dos saldos a pagar remanescentes dos programas Paes e Paex, permanecendo os débitos junto ao Serviço Social da Indústria ("Sesi") e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial ("Senai") no parcelamento anterior.

O parcelamento do Refis IV está subdividido em débitos junto à Receita Federal do Brasil (RFB), PGFN e INSS, bem como os saldos dos programas Paes e Paex.

O parcelamento foi homologado em 180 parcelas mensais, atualizadas pela SELIC, com término previsto para outubro de 2024. Os pagamentos estão regulares com a quitação da parcela de junho de 2021 no valor de R\$2.882, correspondente a 140ª parcela.

	30/06/2021	31/12/2020
Principal		
Valor da adesão (principal)	281.340	281.340
Juros	175.459	174.654
Amortizações	(341.345)	(324.099)
	115.454	131.895

(b) Refis da Copa

Em agosto de 2014, com o advento da Lei Federal nº 12.996/2014 ("Refis da Copa"), que possibilitou a inclusão de novos débitos no Refis, a Companhia, por ser mais vantajoso em vista da anistia de juros e multas, desistiu do parcelamento ordinário e incluiu o saldo remanescente no Refis da Copa que apresenta o seguinte saldo devedor:

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo remanescente do parcelamento ordinário	122.230	122.230
Juros	6.511	6.511
Amortizações	(27.368)	(27.368)
	101.373	101.373
Redução por anistia de juros e multas	(14.617)	(14.617)
Principal do Refis da Copa	86.756	86.756
Juros	33.211	32.712
Amortização	(60.254)	(56.646)
	59.713	62.822

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingênciasa) Depósitos e bloqueios judiciais

A composição dos depósitos e bloqueios judiciais está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Trabalhistas	897.252	857.156
Cíveis	1.055.910	863.708
Tributárias	64.626	122.994
	<u>2.017.788</u>	<u>1.843.858</u>

b) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, embasada nas informações remetidas pelos seus assessores internos, externos e nas análises das demandas judiciais pendentes, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis com as ações em curso, como segue:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cíveis (i)	2.298.792	1.897.458
Trabalhistas (ii)	724.199	721.629
Tributárias (iii)	210.390	210.410
	<u>3.233.381</u>	<u>2.829.497</u>

A movimentação das provisões em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está apresentada como segue:

<u>Natureza da contingência</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Constituições (*)</u>	<u>Reversões (*)</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30/06/2021</u>
Cíveis	1.897.458	649.451	(106.830)	(141.287)	2.298.792
Trabalhistas	721.629	52.874	(21.197)	(29.107)	724.199
Tributárias	210.410	4.951	(4.971)	-	210.390
	<u>2.829.497</u>	<u>707.276</u>	<u>(132.998)</u>	<u>(170.394)</u>	<u>3.233.381</u>

<u>Natureza da contingência</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Constituições (*)</u>	<u>Reversões (*)</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31/12/2020</u>
Cíveis	1.579.565	841.753	(336.708)	(187.152)	1.897.458
Trabalhistas	569.674	287.443	(45.750)	(89.738)	721.629
Tributárias	210.446	5.079	(5.006)	(109)	210.410
	<u>2.359.685</u>	<u>1.134.275</u>	<u>(387.464)</u>	<u>(276.999)</u>	<u>2.829.497</u>

(*) Contém atualização monetária.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuação

b) Provisão para contingências--Continuação

As constituições e reversões ocorridas no período findo em 30 de junho de 2021 apresentam o valor líquido de R\$574.278 (R\$746.811 em 31 de dezembro de 2020) e tem como contrapartida a conta de "Constituição de provisão para contingências e passivos fiscais, líquida" no grupo de "Outras despesas operacionais" (Nota 22).

Os objetos das causas classificadas como de perda provável, segregados por natureza, estão informados abaixo:

i) Ações cíveis

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Juizados Especiais Cíveis		
Questionamentos de cobrança	665	1.728
Demais ações	1.557	2.728
Desabastecimento	733	2.049
Área de Planejamento 5 - ("AP5")	9	13
Total dos Juizados Especiais Cíveis	2.964	6.518
Juizados de Fazenda Pública		
Desconstituição da tarifa diferenciada/progressiva/mínima (b)	1.000.747	913.358
Desconstituição da tarifa de esgoto (a)	469.245	390.496
Demais ações	243.324	331.210
Descumprimentos de contratos (c)	299.383	68.983
Cobranças indevidas (d)	233.012	151.452
Acidentes vazamentos/bueiro	30.666	22.278
Licitação	1.482	1.000
Cortes indevidos	17.969	12.163
Total de Varas Cíveis e de Fazenda Pública	2.295.828	1.890.940
Total das ações cíveis	2.298.792	1.897.458

- (a) A Companhia realiza constantes revisões nos critérios de provisionamento, de forma que revelem valores mais apurados. Nesse contexto, em relação a diversos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvam questões fáticas similares, foram atualizados os valores médios de condenações para fins de provisionamento, de modo a adotar critério que demonstre, tanto quanto possível, o quantitativo de futuras condenações. Também foram atualizadas as provisões naqueles processos em fase de execução, de forma a demonstrar o efetivo valor da condenação. Desses procedimentos decorreu o aumento nos valores da contingência.
- (b) A Companhia utiliza o valor histórico das condenações para atribuição do valor da contingência, realizando revisões periodicamente, de forma que os valores apurados demonstrem provisionamentos bem próximos da realidade. Nesse contexto, em relação aos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvem questões fáticas similares, em que a utilização de uma única média para todos os tipos de demandantes (pessoas físicas, jurídicas ou condomínios) se mostrou inadequada, apuraram-se valores distintos por categoria de demandante.
- (c) As ações cíveis denominadas "Cobranças indevidas" contemplam reclamações envolvendo consumo/faturamento elevado, estimativa e outros, que tiveram processos envolvendo valores de execução expressiva, aumentando o provisionamento no objeto em questão.
- (d) A rubrica "Descumprimento de contratos" sofreu expressiva elevação em função dos processos judiciais movidos pela Construtora Queiroz Galvão 0117367-33.2006.8.19.0001 e Consórcio Nova Operação 0162408-37.2017.8.19.0001 em status de execução, impactando fortemente o provisionamento das causas cíveis em 2021.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuaçãob) Provisão para contingências--Continuaçãoii) *Ações trabalhistas*

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Desvio de função	108.815	110.517
Incremento salarial	186.508	187.019
Progressão horizontal	102.026	103.834
Horas extras	110.272	106.231
Demais ações	125.664	124.490
Reintegração/reintegração aposentado	36.919	36.179
Retenção salarial	22.545	22.908
Equiparação/diferenças salariais	13.883	13.883
Enquadramento e reenquadramento	17.567	16.568
	<u>724.199</u>	<u>721.629</u>

iii) *Ações tributárias*

As contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia, tendo como o objeto mais relevante o auto de infração.

Em 4 de dezembro de 2012, a Companhia recebeu um auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), questionando a tomada de créditos de PIS e COFINS na apuração dos tributos referentes ao período-base de 2008 a 2010, no total de R\$239.515 com aplicação de multa e juros, dando origem ao Processo Administrativo Fiscal nº 16682.721140/2012-75 (MPF 07185002011007820). Em janeiro de 2013, a Companhia solicitou ao conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) uma revisão do auto de infração com o objetivo de esclarecer a composição do montante autuado e, em dezembro de 2013, a Secretaria da Receita Federal do Brasil apresentou composição desse montante em R\$199.515 (PIS: R\$50.721 e COFINS: R\$148.794) com aplicação de multa e juros.

Consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constitui como provisão o valor de R\$75,324, acrescido de multa de aproximadamente R\$30.607 e juros atualizado de R\$85.651 totalizando R\$191,582 e concluiu como possíveis perdas cerca de R\$30.081, acrescidos de multa de aproximadamente R\$11.280 e juros de R\$26.926 totalizando R\$68.288.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuaçãoc) Causas possíveis

Em 30 de junho de 2021, as causas classificadas como possíveis totalizam R\$1.459.400 (R\$1.200.737 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$338.620 de ações trabalhistas, R\$423.645 de ações cíveis e R\$697.135 de ações tributárias (R\$399.979, R\$441.939 e R\$358.819, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020). As principais causas possíveis estão abaixo elencadas:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Riscos trabalhistas		
Desvio de função	130.824	151.814
Progressão horizontal por antiguidade	24.695	33.050
Reintegração	23.407	26.519
Enquadramento	5.143	7.052
Isonomia salarial	1.365	3.473
	<u>185.434</u>	<u>221.908</u>
Riscos cíveis		
Esgoto	115.141	138.785
Cobrança indevida	23.085	13.160
Contratos	102.683	101.850
Posse de imóvel	1.176	570
	<u>242.085</u>	<u>254.365</u>
Riscos tributários		
Pasep e COFINS	391.668	213.759
IRPJ e CSLL	230.665	56.346
	<u>622.333</u>	<u>270.105</u>

Conforme as decisões do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em diferentes procedimentos administrativos, a Companhia poderá vir a ser titular de créditos (ativo contingente) que atingem o montante de R\$36.731 em 30 de junho de 2021 (R\$36.731 em 31 de dezembro de 2020), referente a decisões que determinaram a devolução de valores pagos em razão de contratos celebrados mediante declaração de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Tais valores não estão registrados nas informações contábeis intermediárias da Companhia, visto que não existem certezas em relação à realização desses montantes, uma vez que o processo não transitou em julgado a favor da Companhia.

c.1) *Correção dos passivos trabalhistas pelo IPCA*

O índice a ser aplicado na atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e na correção dos depósitos recursais na Justiça do Trabalho é objeto de questionamento judicial há alguns anos. Vale tecer um breve histórico acerca da questão, senão vejamos:

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuação

c) Causas possíveis--Continuação

c.1) *Correção dos passivos trabalhistas pelo IPCA*--Continuação

Em 14 de agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Entendeu-se que dispositivo da lei da desindexação da economia (Lei nº 8.177/1991) que determinava a atualização dos valores devidos na Justiça do trabalho pela taxa referencial seria inconstitucional, pois não preservava o real valor dos créditos trabalhistas.

Contudo, em decisão publicada no dia 16 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu liminar para suspender os efeitos de decisão proferida pelo TST que determinou a substituição dos índices de correção monetária aplicada aos débitos trabalhistas de forma automática e *erga omnes* (para todos). O STF entendeu que o TST extrapolara a sua competência ao determinar a utilização do IPCA abstratamente em toda a Justiça do Trabalho, de forma obrigatória.

A referida Reclamação foi julgada improcedente, sendo que antes mesmo de seu trânsito em julgado, ocorrido em 17 de agosto de 2018, foi distribuída a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 5867, questionando a constitucionalidade da expressão “com os mesmos índices de poupança” contida no § 4º do art. 899, da CLT “(O depósito recursal será feito em conta vinculada ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança”).

Após esta ação, seguiram-se outras três ações perante o STF, quais sejam, Ação Direta de Constitucionalidade nºs 58 e 59 e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 6021, que também questionaram o índice a ser aplicado na correção de débitos trabalhistas.

No dia 1º de julho de 2020, foi determinada a suspensão do julgamento de todos os processos em curso no âmbito da Justiça do Trabalho que envolvessem a aplicação dos artigos arts. 879, §7, e 899, § 4º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.467/2017, e o art. 39, caput e § 1º, da Lei 8.177/91.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuação

c) Causas possíveis--Continuação

c.1) *Correção dos passivos trabalhistas pelo IPCA*--Continuação

No dia 18 de dezembro de 2020, em julgamento conjunto destas ações, o STF, por maioria, declarou "(...) parcialmente procedente a ação, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 879, § 7º, e ao art. 899, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, no sentido de considerar que à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC (...)"

Em contrapartida, também por maioria, o STF modulou os efeitos da decisão "(...) ao entendimento de que (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão (na ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória) todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento (independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal) devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC) e (iii) igualmente, ao acórdão formalizado pelo Supremo sobre a questão dever-se-á aplicar eficácia erga omnes e efeito vinculante, no sentido de atingir aqueles feitos já transitados em julgado desde que sem qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (...)"

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Contribuição social corrente e diferida

	30/06/2021	31/12/2020
Impostos diferidos passivos		
Ativo intangível - CSLL (Nota 8.vii)	488.681	497.080
Depósitos judiciais - CSLL	56.852	55.100
	545.533	552.180
Impostos diferidos ativos		
Provisões para contingências - CSLL	(276.627)	(239.946)
Perda atuarial - CSLL	(339.161)	(335.409)
Perda PECLD - CSLL	(81.512)	(70.401)
Outras perdas - CSLL	(1.680)	(1.394)
	(698.980)	(647.150)
Não circulante	(153.447)	(94.970)

A contribuição social diferida é calculada sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo da contribuição sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis intermediárias. A alíquota desse tributo é de 9%.

Contribuição social ativa é reconhecida na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Como divulgado na Nota 14.b, a Companhia se tornou ente imune a impostos, conseqüentemente os créditos e débitos diferidos sobre IRPJ foram revertidos, uma vez que não existirá base de cálculo, que possibilite a realização dos valores diferidos de IRPJ.

A partir dos recolhimentos da Contribuição Social sobre o lucro do exercício de 2020 a Companhia optou pelo regime de apuração anual. Com recolhimento apurado com base no balancete de suspensão e redução mensal.

Movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos

	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias s/ contingências	Diferença temporária sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 31 de dezembro de 2020	335.409	239.946	(497.080)	(55.100)	71.795	94.970
Perda atuarial	3.752	-	-	-	-	3.752
Provisão para contingências	-	36.681	-	-	-	36.681
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	-	(1.752)	-	(1.752)
Ativo intangível	-	-	8.399	-	-	8.399
Outras perdas	-	-	-	-	11.397	11.397
Em 30 de junho de 2021	339.161	276.627	(488.681)	(56.852)	83.192	153.447

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Contribuição social corrente e diferida--ContinuaçãoMovimentação dos impostos diferidos ativos e passivos--Continuação

	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias s/ contingências	Diferença temporária sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 31 de dezembro de 2019	339.878	201.663	(513.877)	(45.573)	36.921	19.012
Perda atuarial	(4.469)	-	-	-	-	(4.469)
Provisão para contingências	-	38.283	-	-	-	38.283
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	-	(9.527)	-	(9.527)
Ativo intangível	-	-	16.797	-	-	16.797
Outras perdas	-	-	-	-	34.874	34.874
Em 31 de dezembro de 2020	<u>335.409</u>	<u>239.946</u>	<u>(497.080)</u>	<u>(55.100)</u>	<u>71.795</u>	<u>94.970</u>

a) Reconciliação da despesa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)

A reconciliação entre a despesa da contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Lucro antes da contribuição social	31.869	281.112
Alíquota nominal da contribuição social - %	9%	9%
Contribuição social às alíquotas vigentes	(2.868)	(25.300)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Cancelamento de contas	(5.287)	(6.332)
Outros	(1.147)	593
Contribuição social no resultado do período	(9.302)	(31.039)
Contribuição social corrente	(67.779)	(63.689)
Contribuição social diferido	58.477	32.650
Contribuição social no resultado do período	(9.302)	(31.039)

b) Imunidade Tributária sobre impostos federais "Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ"

Como reflexo da decisão, foram revertidos todos os ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ sendo também baixados os impostos a recuperar e a recolher em aberto até a data da obtenção da imunidade.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

Movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos--Continuação

- b) *Imunidade Tributária sobre impostos federais “Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ”--*
Continuação

A CEDAE efetuou o pedido de restituição administrativa, junto à Receita Federal do Brasil, dos impostos federais recolhidos nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da ACO 2757, bem como durante o trâmite da ação, no valor de R\$2.404.278 (Dois Bilhões e Quatrocentos e Quatro Milhões e Duzentos e Setenta e Oito Mil) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas informações contábeis intermediárias, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente certa.

Destacamos que no próximo reajuste tarifário o reflexo da imunidade tributária impactará diretamente o cálculo da tarifa, pois sua estrutura tarifária é constituída pelos investimentos da Companhia, seus custos operacionais e seus impostos e encargos.

- c) *Mudança da forma de Tributação do PIS e da COFINS de Não Cumulativa para Cumulativa -*
Processo nº 0031167-36.2018.4.02.5101 em razão da “Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ”

A CEDAE peticionou junto à Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro ação de mudança da forma de tributação do PIS e da COFINS para Cumulativa e também solicitou a repetição de Indébito Tributário solicitando devolução de valores, uma vez que foi reconhecida a imunidade tributária de R\$1.201.445 (Um Bilhão e Duzentos e Um Milhões e Quatrocentos e Quarenta e Cinco Mil) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas informações contábeis intermediárias, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente correta.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Outras contas a pagar

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para licença prêmio (a)	65.682	97.722
Outras obrigações financeiras (b)	5.814	7.863
Pasep e COFINS	28.821	32.176
Outras contas a pagar	10.150	9.230
	<u>110.467</u>	<u>146.991</u>

- (a) Conforme disposto no Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 1º de setembro de 2016, referente ao período de 2016 a 2018, a licença-prêmio de três meses para cada cinco anos de serviços prestados é um benefício adquirido pelos empregados que tenham sido admitidos até de 2001 pela Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2009, não serão computados novos períodos de licença-prêmio, e para aqueles empregados que não tenham cinco anos completos a licença será computada de forma proporcional. Esse valor é atualizado mensalmente considerando os períodos de direitos adquiridos completos, sendo R\$43.562 em 30 de junho de 2021 (R\$53.538 em 31 de dezembro de 2020) registrados no passivo circulante (no grupo de contas de provisões de encargos trabalhistas) e R\$65.682 no passivo não circulante (R\$97.722 em 31 de dezembro de 2020).
- (b) Trata-se de acordo firmado entre a CEDAE e os Consórcios: Módulo, Acqua-Rio e Operação Contínua, relativo ao reajustamento de contratos firmados entre as Companhias, cujo saldo será amortizado em até 60 (sessenta) meses.

16. Passivo atuarial

A Prece - Previdência Complementar ("Prece") e a Cedae Saúde foram instituídas pela CEDAE como política de recursos humanos na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e com autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de complementar os benefícios previdenciários e de assistência médica de seus funcionários, respectivamente. Na condição de patrocinadora, juntamente com seus empregados participantes, a CEDAE contribui mensalmente com o montante equivalente a 100% da contribuição base dos contribuintes ativos para a Prece e com 6% da folha de pagamento para a Cedae Saúde.

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é a seguinte:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Plano de previdência complementar - Prece (a)	77.849	64.409
Dívida Prece	658.765	655.883
	<u>736.614</u>	<u>720.292</u>
Plano de assistência médica - Cedae Saúde (b)	2.502.314	2.471.717
Prêmio aposentadoria (c)	42.561	47.206
	<u>2.544.875</u>	<u>2.518.923</u>
	<u>3.281.489</u>	<u>3.239.215</u>
Circulante	86.313	74.469
Não circulante	3.195.176	3.164.746
	<u>3.281.489</u>	<u>3.239.215</u>

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Passivo atuarial--Continuação

Em 30 de junho de 2021, não ocorreram alterações na natureza e nas condições dos Planos de Benefícios à aposentadoria, de acordo com o descrito na Nota 18, apresentada nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") aprovou o equacionamento do déficit do Plano Prece I (Análise Técnica nº 488/CGTA/DITEC/PREVIC), da seguinte forma:

- Criação de contribuição extraordinária de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados), de modo a proporcionar o equilíbrio do plano.
- Alteração dos regulamentos dos planos Prece I e Prece II, ambos na modalidade de benefício definido, de modo a facultar o saldamento.
- Possibilidade de migração, com incentivo de participantes ativos (que optarem pelo saldamento), aposentados e pensionistas para um novo plano "Plano Prece Contribuição Variável - CV".

Como reflexo desse processo, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2010 um ganho de R\$559.081 no resultado de 2010 e que foi apurado através de cálculos atuariais efetuados pelos atuários independentes contratados pela Companhia, sendo oriundo exclusivamente da redução do passivo atuarial da Companhia compensado pelo aumento da contribuição dos participantes.

Em 29 de maio de 2011, foi encerrado o período de migração dos planos de benefício definido para o novo plano de contribuição variável, com o resultado de 7.312 migrantes, representando 62,9% de optantes sendo 3.136 ativos, 2.603 aposentados e 1.573 pensionistas.

Em junho de 2011, a Prece e a CEDAE foram notificadas da ação ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região - SINTSAMA ("SINTSAMA"), para suspender a cobrança da contribuição extraordinária e, dessa forma, encontra-se suspensa a cobrança daqueles empregados remanescentes no Plano Prece I.

Como resultado da ação mencionada, a Companhia estendeu o período migratório até outubro de 2011.

Adicionalmente, para os participantes que optaram pela migração, a Companhia pagará a título de incentivo o montante equivalente ao déficit acumulado do serviço passado. O valor dos incentivos totais oferecidos pela Companhia compreendeu R\$607.015, cujo contrato financeiro foi firmado em 15 de dezembro de 2011, prevendo o pagamento em 73 parcelas mensais, tendo o ocorrido o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2012. A correção do saldo devedor é de 6% ao ano, acrescido de INPC até a data do efetivo pagamento.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Passivo atuarial--Continuação

Em garantia ao pagamento mencionado, a CEDAE ofereceu os recebíveis decorrentes da prestação de serviços de água e esgoto, exceto aos usuários localizados nos Municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

A Companhia utiliza como uma das premissas para mensuração do passivo atuarial, as contribuições extraordinárias de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados). As contribuições extraordinárias foram aprovadas pela PREVIC como parte do processo de equacionamento do déficit do Plano Prece I e encontram-se suspensas desde julho de 2011 em função de determinação judicial. A Companhia entrou com recurso contestando a referida decisão, no entanto, até a presente data, não houve decisão do mérito.

Em 2014, a PREVIC, como resultado da fiscalização das contas da Prece, determinou que a entidade de previdência efetuasse a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora. A Companhia manteve no passivo não circulante o valor de R\$177.310, que corresponde à parcela sob sua responsabilidade com relação às contribuições extraordinárias em 31 de dezembro de 2017. No exercício de 2018, houve decisão do mérito favorável a Companhia, tendo a PRECE revertido a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora, sendo que os valores das contribuições sob sua responsabilidade já se encontram incorporadas no passivo não circulante.

A reconciliação dos ativos e passivos (valores negativos) líquidos pode ser assim demonstrada:

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de Aposentadoria	Total
Em 31 de dezembro de 2019	(295.680)	(63.928)	-	(268.478)	(2.510.426)	(47.189)	(3.185.701)
Custo do serviço corrente	194	-	(98)	(64)	(24.922)	(1.793)	(26.683)
Custo com juros	(24.764)	(8.804)	(26)	(62.134)	(178.179)	(2.478)	(276.385)
Rendimentos esperados dos ativos	3.268	4.156	90	46.266	-	-	53.780
Contribuições da patrocinadora	35.112	12.871	103	72.424	162.489	14.537	297.536
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	(68.159)	(17.354)	(69)	(85.218)	79.321	(10.283)	(101.762)
Em 31 de dezembro de 2020	(350.029)	(73.059)	-	(297.204)	(2.471.717)	(47.206)	(3.239.215)
Custo do serviço corrente	85	-	(61)	(23)	(11.264)	(886)	(12.149)
Custo com juros	(11.971)	(4.209)	(15)	(28.914)	(85.663)	(1.221)	(131.993)
Rendimentos esperados dos ativos	857	1.929	50	19.727	-	-	22.563
Contribuições da patrocinadora	645	4.057	1.370	6.921	66.330	6.752	86.075
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	-	-	(1.344)	(5.426)	-	-	(6.770)
Em 30 de junho de 2021	(360.413)	(71.282)	-	(304.919)	(2.502.314)	(42.561)	(3.281.489)

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Passivo atuarial--Continuação

Todos os planos de benefícios definidos da CEDAE possuem fundamento, ou seja, existem ativos garantindo os passivos atuariais. Dessa forma, a Companhia só possui planos com cobertura parcial ou totalmente cobertos, por isso não segregou sua análise atuarial.

Os valores reconhecidos no resultado é:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Custo do serviço corrente	(12.149)	(13.342)
Juros sobre obrigações atuariais	(131.993)	(138.193)
Rendimento esperado dos ativos	22.563	26.860
Reconhecido no resultado (Nota 22)	<u>(121.579)</u>	<u>(124.675)</u>

17. Outros parcelamentos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Indústria Antártica do Sudeste (a)	122.139	122.183
General Electric do Brasil (b)	50.747	50.754
Outros	955	955
	<u>173.841</u>	<u>173.892</u>
Circulante	66.110	66.117
Não circulante	107.731	107.775
	<u>173.841</u>	<u>173.892</u>

(a) Indústria Antártica do Sudeste

Refere-se ao parcelamento decorrente de acordo judicial por pagamento a maior de tarifa de tratamento de esgoto, efetuado em abril de 1999, no qual a CEDAE vem compensando as parcelas da dívida com o volume de água fornecida mensalmente à Indústria Antártica do Sudeste.

(b) General Electric do Brasil

A Companhia assinou, no ano de 2001, com a General Eletric do Brasil o Termo de Transição Geral de Direitos para encerrar definitivamente as ações cautelares e declaratórias acumuladas perante o juízo da 7ª Vara de Fazenda Pública da Capital do Rio de Janeiro de números 96.001.121535-0 e 96.001128412-8. O valor de R\$20.910, correspondente ao débito da Companhia perante a General Eletric do Brasil equivalente a 1.770.420 metros cúbicos (informação não revisada) é corrigido anualmente e amortizado com os consumos em m³ de águas das matrículas cadastradas na Companhia e de responsabilidade da General Eletric do Brasil.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2021, o capital social da Companhia é de R\$3.015.828 (R\$3.015.828 em 31 de dezembro de 2020), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 629.071.608 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal (629.071.608 ações em 31 de dezembro de 2020).

Em 30 de abril de 2020, a Companhia aumentou seu capital social em R\$428.841 mediante capitalização do excedente do lucro líquido após as destinações legais, sem alteração do número de ações.

A composição do capital social em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 por quantidade de ações está assim distribuída:

	30/06/2021		31/12/2020	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Estado do Rio de Janeiro	629.069.095	99,9996	629.069.095	99,9996
Outros	2.513	0,0004	2.513	0,0004
	629.071.608	100,0000	629.071.608	100,0000

b) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020, logo o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação, naquelas datas.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido--Continuação

b) Resultado por ação--Continuação

As tabelas abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	86.645	357.746
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	629.072	629.072
Lucro básico por ação (R\$)	<u>0,14</u>	<u>0,57</u>

c) Reserva de capital

É constituída de valores aportados na Companhia a fundo perdido, originários de programas sociais da União Federal que destinam recursos para o setor de saneamento. O saldo da reserva em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é composto de R\$2.037 de doações de redes de águas e esgoto, R\$3.869 do Programa Habitar Brasil e R\$8.058 do Programa Ação Social de Saneamento, compondo um total de R\$13.964.

d) Reserva legal

É constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social sendo que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social, conforme previsto no artigo 193 da Lei Federal nº 6.404/1976. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 30 de junho de 2021, o saldo da reserva legal é de R\$183.901 (R\$183.901 em 31 de dezembro de 2020).

e) Reserva estatutária

Reserva para expansão, que tem por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante. É formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações legais, conforme previsto na Lei Federal nº 6.404/1976, não podendo o total desta reserva ultrapassar o valor do Capital Social da Companhia. Em 30 de abril de 2020, foi aprovada em AGO, a destinação de R\$300.000, para esta reserva.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido--Continuação

f) Outros resultados abrangentes

A movimentação é composta pelo saldo da reserva de reavaliação, líquido das realizações do período que em 30 de junho de 2021, foram de R\$84.921 (R\$169.841 em 31 de dezembro de 2020), sendo ambos os saldos líquidos da contribuição social diferidos.

g) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 2019, foi aprovado o pagamento de Juros Sobre Capital Próprio (JCP) a partir do exercício de 2019. Os pagamentos realizados ao longo do exercício a título de JCP serão deduzidos do valor a pagar dos dividendos mínimos obrigatórios.

19. Receita operacional líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Serviços de distribuição de água	2.357.626	2.105.300
Serviços de coleta e tratamento de esgoto	1.185.375	1.079.354
Receita bruta de serviços	<u>3.543.001</u>	<u>3.184.654</u>
Tributos sobre faturamento	(132.431)	(119.143)
	<u>3.410.570</u>	<u>3.065.511</u>

20. Custo dos serviços prestados e despesas operacionais

a) Custo dos serviços prestados

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Custos com serviços de terceiros	(748.922)	(521.389)
Custos com pessoal	(444.791)	(457.547)
Custos com depreciação e amortização (Notas 8 e 9)	(139.475)	(139.607)
Custos com material	(119.913)	(68.031)
Créditos de Pasep e COFINS sobre depreciação	1.040	1.040
Outras	(1.052)	(1.095)
	<u>(1.453.113)</u>	<u>(1.186.629)</u>

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Custo dos serviços prestados e despesas operacionais--Continuaçãob) Despesas comerciais

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Constituição de prov. para perdas de crédito esperadas, líquida (Nota 6.4)	(912.997)	(641.252)
Despesas com serviços de terceiros	(37.130)	(38.465)
Despesas com pessoal	(14.758)	(3.629)
Despesas com material	(9.020)	(1)
Outras	(223)	(81)
	<u>(974.128)</u>	<u>(683.428)</u>

c) Despesas gerais e administrativas

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Despesas com pessoal	(115.832)	(113.746)
Despesas com serviços de terceiros	(65.720)	(83.670)
Repasse Extraordinário Cedae Saúde (i)	-	(13.827)
Despesas com material	(868)	(18.226)
Outras	(24.023)	(25.969)
	<u>(206.443)</u>	<u>(255.438)</u>

(i) Trata-se de aporte financeiro para fins de regularização de necessidades de ativos garantidores e aporte de regularização devido a repetidos resultados deficitários deixando-o com insuficiência de capital mínimo no exercício de 2020.

21. Resultado financeiroa) Despesas financeiras

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(20.268)	(24.409)
Juros passivos e sobre parcelamentos tributários	(40.443)	(102.663)
Multas, juros e acréscimos moratórios sobre pagamento em atraso das obrigações tributárias	(158)	(158)
Outras	(490)	(298)
	<u>(61.359)</u>	<u>(127.528)</u>

b) Receitas financeiras

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Atualização monetária	44.899	43.368
Rendimentos de aplicações financeiras (Nota 4)	18.262	18.346
Multas por impropriedade	12.136	10.457
Juros auferidos	5.891	8.528
Descontos obtidos e bonificações	1.608	2.012
	<u>82.796</u>	<u>82.711</u>

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Outras despesas operacionais, líquidas

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Outras receitas operacionais		
Demais receitas operacionais	7.483	5.008
Reversão de provisões	7.392	4.172
Recuperação de despesas judiciais	3.685	841
	<u>18.560</u>	<u>10.021</u>
Outras despesas operacionais		
Constituição de provisão para contingências e passivos fiscais, líquida (Nota 13(b))	(574.278)	(385.265)
Constituição de passivo atuarial, líquida (Nota 16)	(121.579)	(124.675)
Despesas fiscais	(1.769)	(1.283)
Constituição de provisão para perda de ativos, líquida	(8.626)	(169)
Outras	(14.684)	(5.043)
	<u>(720.936)</u>	<u>(516.435)</u>
	<u>(702.376)</u>	<u>(506.414)</u>

23. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros e importâncias seguradas:

Riscos	Data vigência		30/06/2021	31/12/2020
	De	Até		
Riscos operacionais (imóveis) danos materiais	12/09/2020	12/09/2021	150.183	150.183

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Leonardo Elia Soares
Diretor-Presidente

Júlio César Urdangarin Batista Junior
Diretor Administrativo

Gustavo Lisandro Vila Gazaneo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Armando Costa Vieira Júnior
Diretor da Região Metropolitana

Daniel Barbosa Okumura
Diretor da Região Metropolitana

Marco Aurélio Damato Porto
Diretor da Região do Interior

Rafael Cavalcanti Cid
Diretor Jurídico

Humberto de Mello Filho
Diretor Técnico e de Projetos

Renato Ferreira Coelho
Assessor de Controladoria
Contador - CRC-RJ 089799/O-3

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Aos

Conselheiros, Administradores e Acionistas da

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Rio de Janeiro, RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente).

Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1 às informações contábeis intermediárias, em julho de 2020, foi iniciada investigação conjunta da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE. A operação, denominada “Águas Claras”, investiga alegação de fraude em licitações e contratações emergenciais e de cumprimento a medidas de busca e apreensão de documentos. A Administração da Companhia designou uma Comissão Permanente de Sindicância para realização de investigação interna com o objetivo de averiguar possíveis irregularidades no âmbito da operação “Águas Claras”.

As investigações internas encontram-se em andamento e em continuidade a este processo a Companhia realizou em julho de 2021 a contratação de assessores especializados em investigação forense. Os procedimentos de investigação interna e o trabalho dos consultores especializados externos, ainda encontram-se em andamento e, neste momento, não é possível prever todos os desdobramentos futuros que poderão decorrer dessa investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia, além daqueles já mencionados na nota explicativa acima referida. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Felipe Sant' Anna Vergete

Contador CRC- RJ 106.842/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES

Em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, sociedade anônima de economia mista, de capital aberto, com sede na Av. Presidente Vargas, Nº 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras em IFRS da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE relativas ao 2º trimestre de 2021.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2021.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE PELOS DIRETORES

Em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, sociedade anônima de economia mista, de capital aberto, com sede na Av. Presidente Vargas, Nº 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras em IFRS da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE referentes ao 2º trimestre de 2021.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2021.